



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CHRISTIANO DAS NEVES VIANA AMORIM

"Quem pariu Mateus que balance": Programa Bolsa Família e Relações
de Gênero na perspectiva das (os) beneficiárias (os) (Lagoa Seca-PB)

Orientadora: Prof.^a Dra. Alômia Abrantes da Silva.

Campina Grande

2016

CHRISTIANO DAS NEVES VIANA AMORIM

"Quem pariu Mateus que balance": Programa Bolsa Família e Relações de Gênero na perspectiva das (os) beneficiárias (os) (Lagoa Seca-PB)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alômia Abrantes da Silva.

**Campina Grande
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A524q Amorim, Christiano das Neves Viana
Quem pariu Matheus que balance [manuscrito] : programa Bolsa Família e relações de gênero na perspectiva das (os) beneficiárias (os) (Lagoa Seca-PB) / Christiano das Neves Viana Amorim. - 2016.
97 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva, Departamento de História".

1. Programa Bolsa Família. 2. Relações de gênero. 3. Política social. I. Título.

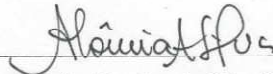
21. ed. CDD 361.61

CHRISTIANO DAS NEVES VIANA AMORIM

"Quem pariu Mateus que balance": Programa Bolsa Família e Relações de Gênero na perspectiva das (os) beneficiárias (os) (Lagoa Seca-PB)

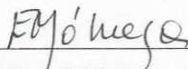
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 18 / 11 / 16



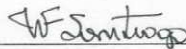
Prof.^ª. Dra. Alômia Abrantes da Silva/PPGSS-UEPB

Orientadora



Prof.^ª. Dra. Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega/PPGLI-UEPB

Examinador(a) Externo



Prof.^ª. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago/PPGSS-UEPB

Examinador(a) Interno

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus por sempre guiar meus passos. A mainha, vó, meu pai e meu irmão por ser a base que fundamenta a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a **Deus**, toda a força para conseguir chegar até aqui, por me fazer forte nos momentos mais difíceis da minha vida. A minha mainha, **Cláudia**, por quem luto para que possamos ter dias melhores. Obrigado por todo o apoio, estímulo a cada vez que disse: “vá cuidar para terminar”, quando estava nas correções deste trabalho, por ter ido trabalhar no meu lugar para que eu pudesse assistir as aulas do mestrado, construir os artigos.

A minha vó, **Dona Sevy**, a quem agradeço grande parcela da minha formação pessoal e profissional, obrigado por tanto amor, incentivo e inspiração para estudar e conquistar meus objetivos.

Ao meu avó, **Seu João**, obrigado por todo o incentivo para estudar desde ainda quando criança.

Ao meu irmão, **Diego**, que sempre torce por minhas conquistas, quando recebeu a notícia da minha aprovação no mestrado falou a todo o presídio, desde os detentos ao diretor.

Ao meu amigo, irmão, **Yuri Lima**, por todo o estímulo para tentar a seleção do mestrado, por sempre acreditar na minha capacidade, aos “puxões” de orelha para conseguir chegar até a conclusão deste trabalho. Você é a certeza de que o companheirismo existe e a minha referência de pessoa que está para contribuir para o crescimento pessoal e profissional de todos que estão ao seu redor. A você desejo todo o sucesso que este mundo possa te oferecer e tenho fé que irá alcançar seus objetivos, “chegue cá Meg”! Obrigado por se fazer presente em todos os momentos mais difíceis da minha vida. Te amo.

Ao meu pai, **Jô-pai**, obrigado por todo amor, por ter lutado pela minha felicidade, que todos os dias sinto todo o amor que pulsa por você em meu coração. Jamais esquecerei a frase do nosso “último” encontro: “não ligue para o que os outros falam, o que os outros dizem, o que a sociedade diz, seja você, seja feliz, viva sua vida”.

Ao meu sobrinho, **João Miguel**, que chegou para iluminar nossas vidas, que durante parte desse processo de dissertação, nos momentos de intervalos, eu dava aqueles cheirinhos, abraços arrocados e recebia em troca lindos sorrisos, enchendo o meu coração de amor, amenizando a dificuldade que é escrever.

A minha tia e madrinha, **Lourdes**, obrigado por todo o apoio que me proporcionou.

A minha madrinha da Crisma, **Dona Eurídice**, obrigado por se fazer presente em minha vida, a cada sorriso e abraço acompanhados de: “oi Chris, tudo bom?”.

A minha orientadora, **Alômia Abrantes**, obrigado por toda paciência, compreensão e forças para “embalar esta criança”, pelo conforto da sua leveza de espírito contagiante, por ter acreditado neste trabalho.

A professora **Idalina Freitas**, por ter mediado com excelência o início do meu contato com este mundo complexo que é estudar gênero, parabéns por sempre conduzir a exposição de um conteúdo tão denso de forma tão clara e objetiva desde a minha graduação, período que você me fez sentir ser o “diferente, normal”, ao compreender com os estudos de gênero que não há anormalidades no exercício da sexualidade, durante o campo de estágio no Programa de Atenção Integral a Mulher (PAIM) até a disciplina do mestrado.

A examinadora externa, **Elisa**, pela “chacoalhada” que deu no meu trabalho na apresentação da qualificação, contribuindo para construção de um “novo” trabalho, obrigado pelas importantes e decisivas correções realizadas.

As minhas amigas desde o ensino médio e hoje também Assistentes Sociais, **Anuska e Raquel**, obrigado por toda a força, por sempre dizerem que “já deu certo” e deu mesmo e vocês fizeram parte desta conquista. Vocês fazem parte do exemplo de que amizades verdadeiras existem.

A minha amiga, irmã, **Chris**, conquista da graduação, obrigado por sempre torcer por minha felicidade, por todas suas orientações desde a minha vida pessoal a profissional, as levo comigo sempre.

Ao meu amigo **Elias Sampaio**, que na graduação contribuiu junto a minha formação profissional, todas as vezes que eu e Chris chegávamos ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) solicitando auxílio nas atividades acadêmicas se fazia sempre disponível, obrigado. O funcionalismo público precisa de mais referências profissionais como você.

As minhas amigas **Alciene Silva e Aparecida**, obrigado por ter feito do período que trabalhei na função de Agente de Serviços Gerais e de Auxiliar de Merendeira menos cansativo possível, pelo exemplo profissional que me proporcionam até os dias de hoje, por cada abraço arrocado. Parabéns pela dignidade que representam.

A minha turma do mestrado, o grupo “Queer”, **Josi e Marina** por terem feito os desafios do mestrado serem mais leves, a cada palavra, sorriso, abraço de conforto que fizeram toda a diferença nesse processo. Agradeço em especial a **Edy**, que nesses

últimos meses de conclusão deste trabalho escutava minhas agonias, sugeria textos e passava a calma embalada pelos sorrisos que me tranquilizavam e a **Tereza** que respondia as minhas mensagens de whatsapp durante as tardes, madrugadas a cada vez que perguntava: “estais escrevendo?” (kkkk)

A minha amiga **Ellen**, presente iluminado que tenho no meu espaço de trabalho enquanto Conselheiro Tutelar e que hoje faz parte da minha vida, obrigado por todas as palavras de apoio, por sempre se colocar a disposição para que eu conseguisse concretizar a finalização deste trabalho. Uma amizade que quero levar para a vida.

As minhas amigas de longas datas, **Jairo Braz, Dinair Albuquerque, Mary Help, Cristiana Silva, Iverson Limeira, Jéssyka Augusto, Lara Cordeiro**, nesta vida o que importa são as amizades que levamos e tenho a felicidade de poder ter vocês por perto alegrando os meus dias.

Aos funcionários da Secretaria de Ação Social, **Iran Barbosa**, com quem tive o primeiro contato junto a Política de Assistência Social e mostrou que é possível contribuir para efetivas mudanças junto aos usuários. A **Fátima Demétrio**, por ter recebido de forma afável minha proposta de trabalho ao eleger esta Secretaria como local de pesquisa.

As minhas amigas Técnicas de Referência do Programa Bolsa Família (PBF), **Adriana Muniz**, que contribuiu junto ao acesso dos Cadastros Únicos para os Programas Sociais e a **Nêna** que não mediu esforços para localizar os endereços das beneficiárias (os) na zona rural, muito obrigado por terem feito parte desta construção.

As **mulheres e homens beneficiários (as)** que pararam algumas das suas atividades diárias para serem entrevistadas (os), meu muito obrigado pela concretização deste trabalho.

RESUMO

As políticas sociais, em especial, o Programa Bolsa Família (PBF), podem incidir direta ou indiretamente nas relações de gênero enquanto “instituições” que constroem discursivamente os lugares sociais de gênero. Considerando as possibilidades de naturalização do espaço doméstico para as mulheres, vinculada a uma construção “inata” de maternidade, a partir dos cumprimentos das condicionalidades e da titularidade do Programa, procuro problematizar se o PBF potencializaria também fissuras nas vivências cotidianas das mulheres e homens beneficiárias(os), no concernente às relações de gênero no âmbito familiar e no cotidiano. Assim, essa pesquisa teve como objetivo geral, analisar as implicações de gênero nas famílias beneficiárias do município de Lagoa Seca/PB a partir da titularidade do programa e das suas condicionalidades. Os objetivos específicos foram: traçar o perfil socioeconômico das mulheres e homens titulares do benefício do Programa Bolsa Família (PBF); analisar os discursos das mulheres e de homens titulares do benefício sobre as relações de gênero; discutir possíveis implicações da titularidade do PBF na constituição de relações de poder e de gênero no âmbito familiar da(o) beneficiária(o) e identificar o nível de envolvimento com as condicionalidades do programa entre homens e mulheres das famílias beneficiárias e os rebatimentos para as relações de gênero. Para tanto, foram realizadas entrevistas e a leitura crítica das falas das (os) beneficiárias (os), tendo como referência teórica os estudos de Gênero, que o tomam como categoria analítica e histórica. Nesse exercício, marcado pelos jogos de saberes e poderes que culturalmente procuram definir os lugares do feminino e do masculino, observa-se que o PBF, ao mesmo tempo que sinaliza essencializar as relações de gênero, possibilita fissuras nas vivências entre as mulheres e homens beneficiárias(os), o que permite que sejam indiciadas e discutidas as inúmeras contradições, rupturas e continuidades desse processo.

Palavras Chaves: Programa Bolsa Família, Gênero, Mulheres, Homens.

ABSTRACT

Social policies, especially the Bolsa Família Program (BFP), can directly or indirectly affect gender relations as "institutions" that construct discursively the social places of gender. Considering the possibilities of naturalization of the domestic space for women, linked to an "innate" construction of maternity, based on the conditionalities and ownership of the Program, the aim is to question if the BFP would also increase fissures in the everyday experiences of beneficiary women and men in relation to gender relations within the family and daily life. Thus, this research had the general objective of analyzing the gender implications in the beneficiary families of the municipality of Lagoa Seca/PB from the ownership of the program and its conditionalities. The specific objectives were: to outline the socioeconomic profile of women and men who benefit from the Bolsa Família Program (BFP); to analyze the discourses of women and men who hold the benefit of gender relations; to discuss the possible implications of BFP ownership for gender and power relations in the family context of the beneficiary and to identify the level of involvement with the conditionalities of the program between men and women of beneficiary families and the gender relations. For that, interviews and the critical reading of the speeches of the beneficiaries were conducted, having as theoretical reference the studies of Gender, which take it as an analytical and historical category. In this exercise, marked by the games of knowledge and powers that culturally seek to define the places of the feminine and masculine, it is observed that the BFP, while signaling the essentialization of gender relations, also allows fissures in the experiences between the beneficiary women and men, which allows the innumerable contradictions, ruptures and continuities of this process to be indicted and discussed.

Keywords: Bolsa Família Program, Gender, Women, Men.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	22
1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GÊNERO: uma (des) construção discursiva	22
1.1 Situando o Programa Bolsa Família.....	22
1.2 A materialização da família nas Políticas Sociais	25
1.3 Discutindo Gênero e Feminismo.....	31
1.4 Demarcando Gênero no Programa Bolsa Família.....	37
CAPÍTULO II	43
2. OS DISCURSOS QUE (DES) CONSTROEM O GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	43
2.1 Família, trabalho doméstico e representações de Gênero.....	43
2.2 Maternidade e o Cumprimento das Condicionalidades entre as beneficiárias (os).....	63
2.3 Relações Conjugais enquanto lócus das Relações de Poder.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	91
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ.....	93
APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS.....	95
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	96
ANEXO A – CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DO CEP/UEPB.....	97

INTRODUÇÃO

Quando adolescente construí mentalmente vários questionamentos diante da relação conjugal entre minha mãe e meu pai: o porquê tamanha submissão de minha na relação com o meu pai? Seria pela dependência econômica, afetiva que a “aprisionava” nesta relação ou por que gostava? Tais questionamentos foram levados durante todo o período da minha adolescência.

No ano de 2007 quando ingressei no curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), passei por uma imersão teórica que alterou completamente minha forma de pensar e de me colocar no mundo, em especial quando cursei a disciplina de Gênero no ano de 2009 com a professora Idalina Freitas, foi encantamento à primeira vista; tal processo de conhecimento inicial do que seria gênero, transformou meu olhar para as relações entre homens e mulheres, assim como trazer para meu espaço de convivência familiar buscando compreender a relação que se dava entre minha e meu pai, além de contribuir também quanto a minha sexualidade, proporcionando o sentimento não mais de culpa tão vivenciada durante toda minha infância como “pecado”.

Quando fui aprovado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB na linha de pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”, percebi que o que tinha apreendido na disciplina de gênero no período da graduação foi uma breve noção do que seria gênero, diante das complexas construções teóricas feministas sobre o tema, para além do seu surgimento enquanto categoria de análise, problematizando o corpo, a sexualidade, a fluidez das identidades e de como é instável categorizar as vivências dos sexos. Ter a oportunidade de poder visualizar a si e ao mundo com outros olhares é fascinante.

As inquietações nas relações desiguais entre os sexos se tornaram ainda mais aguçadas, tanto na minha vida pessoal, quanto profissional, quando na minha primeira experiência profissional no ano de 2011 e 2012 enquanto Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Lagoa Seca/PB, os questionamentos continuaram: Qual o motivo de majoritariamente serem as mulheres a participarem nas atividades dos grupos socioeducativos ofertados pelo serviço da assistência social, nos encaminhamentos que recebíamos responsabilizando as mulheres

e não os homens pela proteção das famílias e em especial pela responsabilização dos cumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF)?

Nesse espaço, percebi alguns fatores do programa de transferência de renda condicionada do Governo Federal, mas especificamente, da gestão do Programa Bolsa Família (PBF)¹, que incidiam diretamente nas relações de gênero no âmbito familiar, seja na sobrecarga de trabalho das mulheres no cuidado familiar, seja no aspecto de isenção dos homens perante as condicionalidades² do referido programa, por constarmos majoritariamente a presença das mulheres nas reuniões do PBF realizadas no CRAS, assim como visualizarmos nos Cadastros Únicos³ (CadÚnico) um baixo percentual de homens titulares e beneficiários.

Ademais, observei que as mulheres destes Cadastros Únicos e nos atendimentos no CRAS tinham predominância de serem residentes da zona rural, agricultoras, que cuidavam da plantação, da casa, dos filhos, do marido e ainda deveriam ser instrumentalizadas seja profissionalmente pelos cursos de capacitação oferecidos ou através dos programas sociais a proteger a família, tendo em vista o CRAS enquanto instituição de caráter protetivo.

A partir dessas observações surgiu a necessidade de escutar as mulheres e os homens titulares, beneficiárias(os) do Programa Bolsa Família (PBF), procurando ouvir o que teriam a expor sobre suas realidades sociais, através das vivências das normatizações de gênero culturalmente estabelecidas, neste cenário reforçadas pelo referido programa social, seja desconstruindo a submissão das mulheres ao poder masculino ou as afirmando em seu cotidiano. Na mesma proporcionalidade escutar

¹ Programa de governo que se consolidou enquanto política pública de Estado, considerado a principal ferramenta da proteção social no enfrentamento a pobreza através da transferência de renda condicionada. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa_Bolsa_Familia-uma_decada_de_inclusao_e_cidadania.pdf> Acesso em: 26 de set.2016.

² Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

³ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto n. 6.135, de 36 de junho de 2007, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>> Acesso em: 20 abr. 2016.

também os homens titulares e beneficiários do PBF, ouvir também suas impressões e saber do seu cotidiano, contrastar seus discursos diante das posturas hegemônicas estabelecidas para os lugares de gênero.

Diante deste cenário, surgiram algumas inquietações: Será que as beneficiárias aceitam a naturalização da maternidade proposta pelo Estado através da execução das condicionalidades na proporção que as responsabilizam para os cuidados dos filhos? As beneficiárias cumprem sozinhas as condicionalidades? Qual motivo da ausência dos homens no cumprimento das condicionalidades? Até que ponto a centralidade do PBF existe: as mulheres ficam com o benefício? Quais as implicações do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as relações de gênero nas famílias beneficiárias a partir da titularidade do programa e das suas condicionalidades?

Dessa forma, acreditando ser possível visualizar as construções de gênero que atravessam e constituem as relações das mulheres e homens beneficiários e titulares do PBF, tomando este enquanto “instituição” que produz discursivamente determinadas identidades para mulheres e homens. Acreditamos ser este um exercício que viria nos possibilitar compreender o investimento da naturalização na mulher-mãe, sua vinculação a maternidade a partir das condicionalidades, a centralidade na família enquanto estratégia discursiva aplicada pelas políticas públicas em estabelecer as construções definidas por identidades desejáveis para mulheres e homens, bem como a possível desarticulação de algumas concepções de gênero e as tensões entre as ações estatais e as desigualdades de gênero que o PBF coloca em evidência.

Sabe-se que o Estado tem a pretensão de através da política de assistência social, responder as necessidades de reprodução de homens e mulheres necessárias para o desenvolvimento do modo capitalista de produção, respondendo as pressões e reivindicações das classes mais empobrecidas por meio dos serviços e programas sociais, que segundo as autoras Behring e Boschetti (2006) são materializados como privilégios e não como direitos, deslocando as políticas sociais da esfera universal de proteção social para ações focais.

A Seguridade Social, em particular a assistência social, focaliza os segmentos mais pobres da sociedade, conferindo sua expansão através da centralidade aos programas de transferência de renda condicionada, que de acordo com Mota (1995) institui a política social sob a clivagem de dois polos: a privatização e a assistencialização da proteção social, criando o cidadão-consumidor e o cidadão pobre, sendo este objeto de intervenção da assistência social.

As políticas públicas incidem direta ou indiretamente nas relações entre homens e mulheres trazendo uma concepção de gênero e influenciando nas relações parentais, mesmo aquelas que não estão direcionadas para as mulheres, por determinarem identidades desejáveis para o masculino e o feminino. Um exemplo representativo dessa incidência temos no Programa Bolsa Família (PBF), implementado em 2004 pela lei nº 10.836, tida como principal ferramenta política do Governo Federal no enfrentamento a redução da pobreza, associando transferência de renda condicionada às famílias em situação de pobreza e extremamente pobres, em contrapartida imprime a obrigatoriedade do cumprimento das condicionalidades na área da saúde, educação e assistência social (Magalhães et al., 2007). Com isso, acredita-se ser possível avaliar as suas contribuições para suprimir ou não a sua vinculação material das mulheres ao espaço doméstico, para aumento da sua autonomia frente aos homens e para uma igualdade de gênero (SORJ, 2010).

É nítido o enfrentamento pela permanência do “status quo”, das identidades estabelecidas para os homens e mulheres, definida pelos discursos como hierarquias de sexo. As transformações trazidas na organização da família vêm desarticular os estereótipos reservados para as mulheres e homens. O movimento feminista vem problematizar o lugar das mulheres na estrutura familiar.

Foi com o feminismo que as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram visibilidade no Ocidente, dividindo-se em três fases ou ondas: a primeira em luta pela igualdade de direitos, através, principalmente, do voto; a segunda onda quando as mulheres estendem suas lutas pela busca da igualdade nas leis e costumes, centralizando em discussões sobre o acesso ao mercado de trabalho, sexualidade, violência, etc.; foi nessa fase que surgiu a categoria gênero que trataremos posteriormente e a terceira onda do feminismo que começou em 1990, foi o aprofundamento crítico, político e teórico deixando pelas lacunas do movimento da segunda onda do feminismo. Fortemente marcada pela influência pós-moderna (GOHN, 2007).

Quando se pretende falar em feminismo como movimento social organizado, esse é usualmente remetido no Ocidente ao século XIX (LOURO, 1997). A partir da segunda metade do século XIX, o movimento feminista espalhou-se pelo Ocidente, sendo visto pelos mais diversos setores sociais e políticos, como um movimento questionador da ordem estabelecida, no que tange as relações entre homens e mulheres. No Brasil as ideias do feminismo também penetraram e a partir das primeiras décadas

do século XX, significativo número de mulheres aderiu à causas do movimento e passou a assumir a luta pela obtenção de seus direitos. Organizando-se em associações, buscavam o apoio da imprensa e dos parlamentares, visando mudar a opinião pública quanto à posição social das mulheres (BRANDÃO et al., 2011).

Com o crescimento das cidades, as discrepâncias econômicas, a própria conjuntura do mercado de trabalho e diversos outros fatores de cunho político, econômico e social, levaram a criação de novos quadros sociais, dentre os quais, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho remunerado, o que propiciou modificações na estrutura social.

Apesar do novo contexto histórico de inserção das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres ainda se deparam com práticas cotidianas latentes da cultura patriarcal⁴, que minimiza o valor social do seu trabalho, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico não remunerado.

Nesse sentido, as mulheres começaram a questionar e protestar contra a opressão machista, por uma posição diferente dentro da sociedade e pelos mesmos direitos dos homens, independência financeira, igualdade salarial e, para isso, buscaram ocupar o seu espaço no mercado de trabalho. Apesar disso, os meios de comunicação com seu discurso conservador e moralista fez com que muitas mulheres rejeitassem a ideologia feminista, percebida como incompatível com o ideal de beleza e resignação (BRANDÃO et al., 2011).

Ainda de acordo com Brandão *et alli* (2011) no Brasil, foi a partir da década de 1960 os movimentos feministas se tornaram mais expressivos, mais especificamente a partir do período da ditadura militar, período de intensificação do processo de modernização e, conseqüentemente, a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho e, por isso, passaram, cada vez mais, a reclamar igualdade social, pelo direito à cidadania, consolidando-se conjuntamente com a abertura política da redemocratização.

No entanto, a atuação das mulheres perante a sociedade nessa época é o que mais chama atenção, avançando na emancipação econômica e social. As mulheres por conta dos movimentos feministas tiveram ação mais direta, lutando pela igualdade de direitos, liberdade sexual e contra toda forma de desigualdade de gênero (BRANDÃO et al., 2011).

⁴ Na vigência do patriarcalismo, as relações humanas são estabelecidas em patamares desiguais e hierarquizados. O patriarca representa a autoridade maior determinando as condições que justificam seu *status* de superioridade e o *status* de inferioridade dos outros indivíduos (GASPARETTO JÚNIOR, 2010).

Foi neste mesmo período que o Feminismo formulou, teórica e politicamente, uma crítica aos mecanismos de controle do corpo, da reprodução, das relações de poder e dominação entre os sexos na família. “Os corpos foram considerados uma questão política, um lugar de disputa de poderes, de prazeres desiguais, de sofrimentos inevitáveis, de subjetividades múltiplas” (SCAVONE, 2012, p. 64).

Os estudos de gênero no Brasil tiveram terminologias utilizadas para sua institucionalização através da reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira, na década de 1970 com os Estudos sobre Mulher (categoria empírica/descritiva), pretendia construir conhecimento sobre as mulheres em suas mais variadas esferas da vida e denunciar a posição de subordinação/exploração/opressão e na década de 1980 com os Estudo de Gênero enquanto categoria analítica, enfatizando os aspectos socioculturais da construção do feminismo e do masculino, este que passaram também a serem considerados categorias empíricas de investigação, propôs a construção da rejeição do determinismo biológico implícito nos termos sexo e diferença sexual (HEILBORN e SORJ, 1999).

O enfrentamento da desigualdade e a busca por uma equidade entre homens e mulheres ganhou relevância a partir da década de 1980, década em que o movimento feminista evidenciou o debate sobre as relações de gênero, propiciando o questionamento em relação à subordinação das mulheres. Este movimento foi responsável pela introdução do conceito de gênero que tinha por finalidade problematizar as identidades construídas socialmente para os sexos (LOURO, 1997).

Neste sentido, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.86). O gênero organiza as relações sociais, impõe normatizações, em um sistema em que o poder é articulado para manter o discurso hegemônico sobre gênero, significa dizer que se estabelece lugares específicos para as vivências do masculino e feminino, que fundam as desigualdades relacionais entre homens e mulheres em hierarquizações que se organizam e se percebem pelas diferenças entre os corpos sexuados.

Parto então da perspectiva de que o PBF, como mecanismo instaurador de discursos participa também da construção das identidades de gênero, por trazer expressamente a centralidade de ações preferenciais para a participação das mulheres como exclusivas representantes da família, centralizando-as como “sujeito” do referido

programa de governo⁵. Dessa forma, seria possível problematizar se a visibilidade do feminino pode ser considerada um instrumento de inserção do PBF como uma política pública que se coadune na perspectiva de gênero de base feminista?

É relevante destacar que o Programa não se predispõe em suas normativas legais ao enfrentamento da desconstrução das desigualdades das relações entre homens e mulheres, na medida em que prioriza suas ações nas mulheres através da sua vinculação ao espaço doméstico a partir da execução do cumprimento das condicionalidades.

Diante disso, considerando a incidência das políticas públicas nas relações de gênero, seja como transformadoras ou conservadoras, surgiu o interesse, tendo como objetivo geral do meu trabalho analisar as implicações do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as relações de gênero nas famílias beneficiárias do município de Lagoa Seca/ PB a partir da titularidade do programa e das suas condicionalidades e como objetivos específicos: traçar o perfil socioeconômico das mulheres e homens titulares do benefício do Programa Bolsa Família (PBF); analisar os discursos das mulheres e de homens titulares do benefício sobre as relações de gênero; discutir possíveis implicações da titularidade do PBF na constituição de relações de poder e de gênero no âmbito familiar da(o) beneficiária(o) e identificar o nível de envolvimento com as condicionalidades do programa entre homens e mulheres das famílias beneficiárias e os rebatimentos para as relações de gênero.

Para tanto, adotei para a pesquisa um caráter descritivo, que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos” (MARTINS, 2000). Destaca Andrade (2000) que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los. Com abordagem qualitativa, que “descreve a complexidade de determinado problema, analisa a interação de certas variáveis, compreende e classifica processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999).

O campo elegido para o desenvolvimento do estudo foi o município de Lagoa Seca, situado no interior do Estado da Paraíba, por ser o local da minha experiência profissional enquanto assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), aonde participei também das construções dos pareceres sociais das inclusões

⁵ Como dispõe o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, em seu artigo 23: “O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento”.

das famílias no Programa Bolsa Família. Este município possui uma população de 26,034 habitantes, com densidade demográfica de 238,1 hab/km² e uma área de unidade territorial de 109,342 km² (IBGE, 2011).

É importante ressaltar que o local de coleta de dados foi realizada em dois momentos: inicialmente na Secretaria de Ação Social do referido município, aonde foram levantados os dados dos Cadastros Único (CadÚnico) para Programas Sociais, obtida a amostra foi realizada posteriormente a visita domiciliar.

A população foi composta de homens e mulheres titulares e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do Município de Lagoa Seca – PB. A amostra da pesquisa documental foi composta por 100% dos cadastros únicos do Programa Bolsa Família (PBF) do Município de Lagoa Seca – PB, no período de janeiro a dezembro dos anos de 2013 e 2014⁶. Foram selecionados os cadastros únicos dos homens e mulheres titulares e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do município em estudo.

Além dos cadastros únicos, compôs a segunda etapa da pesquisa (entrevistas) os homens e mulheres titulares e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do município em estudo.

Quando se faz um levantamento em uma população abrangente, por motivos econômicos, temporais e de análise, procura-se selecionar uma parcela ou parte significativa do universo, com características comuns, por meio de procedimentos estatísticos, de forma a se compor a amostra para estudo e análise (GIL, 2002).

De acordo com pesquisa inicial feita ao sistema de benefícios ao cidadão – SIBEC⁷ da Caixa Econômica Federal, verificou-se que, nos anos de 2013 e 2014 foram inseridos 206 mulheres e 6 homens novos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) do município de Lagoa Seca – PB.

Sendo assim, a amostra foi composta de forma intencional pelas mulheres e homens com maior composição familiar, quantidade de filhos, assim como as que se apresentam construídas culturalmente como fora dos padrões normativos de família nuclear pai-mãe-filhos, a exemplo de casais homoafetivos.

⁶ Este marco temporal de recebimento do benefício por considerar período necessário para avaliar as possíveis mudanças ocorridas nas relações de gênero, seja pelo benefício em si ou pelas condicionalidades do Programa.

⁷ A lei que criou o Programa Bolsa Família (Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, art. 13) prevê que deve ser de acesso público a lista dos beneficiários, com os respectivos valores transferidos. Essa divulgação é feita em meios eletrônicos — a relação pode ser vista no site da Caixa Econômica Federal (Caixa).

Foram incluídos nesse estudo, homens e mulheres jovens⁸, com filhos de 0 a 17 anos de idade⁹. Foram excluídos do estudo, homens e mulheres que não são consideradas jovens de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) e filhos que estão fora da faixa etária de 0 a 17 anos de idade, devido a não exigência do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF).

Foi utilizada uma ficha de registro específica elaborada pelo pesquisador para coletar as informações presentes nos Cadastros Únicos, conforme (Apêndice C).

Para o levantamento dos dados qualitativos, utilizei a entrevista semi estruturada (Apêndice D), “onde o investigador tem uma lista de questões para serem respondidas, tendo relativa flexibilidade e as questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista” (MATTOS, 2005).

Foi feito o registro das informações presentes nos Cadastros Únicos na Secretaria de Ação Social, em ficha específica. As informações de interesse foram referentes à identificação do domicílio (local onde é situado, quantidade de pessoas no domicílio, etc.); identificação do titular (idade, cor/raça, sexo, quantidade de filhos, etc.).

Na segunda parte da pesquisa foram realizadas entrevistas com homens e mulheres titulares e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) com o objetivo identificar o nível de envolvimento com as condicionalidades do programa entre homens e mulheres das famílias beneficiárias e as implicações para as relações de gênero (Apêndice D).

No momento inicial, foi explicada a finalidade da pesquisa, sendo então solicitada a participação do sujeito da pesquisa, e posterior autorização através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para análise dos dados qualitativos foi realizada a análise das falas das beneficiárias (os). Para Gregolin (1996) realizar a análise do discurso significa buscar compreender como se constrói o sentido de um texto, através da sua articulação com a história e a sociedade que o produziu. “[...] os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam

⁸ De acordo com o Artigo 1º, §1º do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

⁹ Nessa faixa etária as crianças e adolescentes beneficiárias devem cumprir exigências (condicionalidades) do Programa Bolsa Família (PFB).

irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (FOUCAULT, 1969, p. 56). Ainda de acordo com Foucault,

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barra-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras” (FOUCAULT, 1978, p. 96).

Ademais, este estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em conformidade com a Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Anexo A). As entrevistadas (os) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e o Termo de Autorização para Gravação de Voz (Apêndice B).

Para desenvolvimento dos objetivos propostos, este trabalho, além dessa introdução, apresenta-se em duas partes. No primeiro capítulo, procuro compreender em que contexto está inserido o Programa Bolsa Família, enquanto Programa da Política de Assistência Social, observando sua proposta política, e a partir de seus postulados normativos busco discutir algumas compreensões históricas sobre família, bem como as interfaces desta e do Programa com o Feminismo e as discussões sobre Gênero.

Por sua vez, no segundo capítulo, apresento e procuro analisar as falas dos entrevistados quanto às questões cruciais, como família, maternidade, relações conjugais, cumprimento das condicionalidades, problematizando a partir destas as permanências e fissuras nos modelos normativos das relações de gênero e poder, e a possível inferência da titularidade no PBF na constituição desses jogos relacionais no cotidiano das (os) beneficiárias (os).

É importante ressaltar que este trabalho servirá para compreender o alcance das relações de gênero no referido Programa, contribuindo para outras produções teóricas, assim como na construção de políticas públicas que possam modificar as possíveis incidências discursivas produzidas pelo Programa sobre as relações de gênero, assim

como também possibilitar esta problematização em todos os programas e políticas sociais implementadas e a serem implementadas.

CAPÍTULO I

1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GÊNERO: uma (des) construção discursiva

Neste capítulo, procuro apresentar quais as postulações normativas que situam o Programa Bolsa Família (PBF) e qual sua proposta política; busco demonstrar como as políticas sociais direcionam suas ações para família, assim como família e gênero estão concebidos no PBF. Para tanto, realizo uma interlocução com os estudos de gênero e a teoria feminista.

1.1 Situando o Programa Bolsa Família

A política de assistência social, dentre as políticas sociais brasileiras, teve como marco legal que possibilitou a ruptura com uma perspectiva de políticas de cunho tradicionalmente assistencialistas, clientelistas, com a Constituição de 1988, que a reconheceu legalmente como direito social e dever do Estado, trazendo uma nova concepção para as políticas sociais, inseridas no tripé da Seguridade Social: assistência social, saúde e previdência social; materializada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS¹⁰).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem como prioridade a atenção à família em situação de vulnerabilidade e risco social, buscando suprir suas necessidades básicas de reprodução social, protagonismo social e autonomia (PNAS, 2014).

Por sua vez, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), materializa o conteúdo da LOAS, devendo cumprir as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem efetivar direitos de cidadania e inclusão social, definindo e organizando os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política da assistência social, sendo os subsistemas e os eixos estruturantes a: matricialidade sócio familiar; descentralização político administrativo e territorialização; financiamento; controle social; política de recursos humanos, a informação, o monitoramento e avaliação (PNAS, 2014).

¹⁰ Art. 1º A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2012, p.7).

Nesse contexto, estas institucionalizações regulatórias propõe através do SUAS a gestão da política de assistência social, através do princípio da integralização das ações assistenciais previstas na LOAS, com o objetivo de desenvolver uma ação mais sistemática entre os serviços, projetos e programas da assistência social. Dentre estes, figura o Programa Bolsa Família (PBF), que focaliza suas ações nos segmentos sociais mais pobres, buscando atender as suas mínimas necessidades de sobrevivência das camadas da população brasileira que não conseguem de forma independente gerenciar sua vida, administrando e buscando promover a prevenção dos possíveis riscos que estas camadas sociais possam produzir para a vida em coletividade.

Nessa perspectiva, de acordo com Lockmann (2013) a política de assistência social se configura como estratégia biopolítica¹¹ da governamentalidade¹² neoliberal, construídas para capturar os indivíduos tendo estes para os governos atuais como os principais alvos das suas construções tecnológicas. Estes dispositivos disciplinares emergem no decorrer do século XVIII para controlar e disciplinar os corpos, momento em que o Estado passa a conduzir o processo de disciplinarização social.

Neste sentido, entra em cena, a partir dos estudos do filósofo francês Michel Foucault, o biopoder, através do deslocamento analítico dos problemas territoriais para a administração do controle sobre a vida, sobre os corpos (FIMYAR, 2009, p. 38).

De acordo com Foucault (1975), a humanidade não está apenas imersa em uma teia de relações complexas e contraditórias dispostas entre Estado e Sociedade, mas demarcadas também por práticas de assujeitamento e de subjetivação onde se opera o poder, a partir daí temos a formatação do poder disciplinar que opera sobre a sociedade (biopoder). O poder está preocupado em primeiro lugar com a regulação, vigilância de toda uma população, em segundo lugar do indivíduo e do corpo.

Situada nos séculos XVIII e XIX, atingindo seu apogeu no início do século XX, as sociedades disciplinares articulam as grandes formas de confinamento. Foucault analisou os meios de confinamentos, nos quais o indivíduo permanece passando de um espaço fechado para outro, cada qual com suas leis, seja na família, escola, fábrica, prisão, esta que por excelência se configura meio de confinamento. Porém, as disciplinas por suas vezes também encontram suas crises, encontramos-nos em uma crise

¹¹ Biopolítica/biopoder trata-se do conjunto de tecnologias e políticas institucionais voltadas para o controle específico de todos os aspectos da vida e do corpo (DUARTE, 2009).

¹² Governamentalidade pode ser entendida como uma forma de ser do pensamento político, econômico e social que utiliza diferentes estratégias de poder para o governo dos indivíduos e das populações com o objetivo de constituir um tipo determinado de indivíduo (LOCKMANN, 2013).

generalizada em todos os segmentos de confinamentos, sempre há reformas supostamente necessárias na família, prisão, escola, para gerir sua instabilidade e ocupar as pessoas até que novas forças se articulem para atender as necessidades de médio a longo prazo dos segmentos de confinamentos. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992).

Segundo Lockmann (2013) há um destaque nos processos de normatização, definindo uma norma que enquadraram os indivíduos em normais e anormais e os que fogem a norma são os desviantes que devem ser normatizados. Capturando a todos, produz saberes sobre os indivíduos buscando constituir uma população governável, controlando e disciplinando os corpos, por vezes punindo os “desviantes”. Acrescentando, Foucault (1975) nos diz que:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre os corpos, não simplesmente para que se faça o que se quer, mas para que operem como se quer [...] (FOUCAULT, p.133).

Logo, a norma é um poder com a função de analisar, classificar através de comparações, vigiar os corpos para agirem de formas controláveis.

No contexto contemporâneo o poder tomou todas as esferas da existência dos gens, o corpo, a afetividade, a inteligência, a subjetividade, tudo foi cooptado pelos poderes: pelas ciências, Estado, o capital, a mídia. No entanto, os seus mecanismos são rizomáticos, flexíveis. O próprio poder tornou-se acentrado, molecular: “pós-moderno”. “Com isso, ele incide diretamente sobre nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar” (PELBART, 2007, p. 01).

Nada escapa aos mecanismos de controle e monitoramento, seja no sexo, na linguagem, na fé, o poder se exerce por dentro, direcionando nossa vitalidade social em todos os segmentos, em meio aos conflitos e tensões. “Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida como nessa modalidade contemporânea do biopoder” (ibidem).

Trazer a estratégia da biopolítica como mecanismo estratégico de normalização, auxiliará a compreender a proposta política das políticas sociais e como estas estão direcionadas para a família, para posteriormente analisar como família e gênero se

encontram construídos no Programa Bolsa Família, como foram produzidas discursivamente, não diagnosticando a vontade de verdade. Para tanto, darei continuidade as aproximações teóricas trazendo para o debate inicialmente a categoria família e como se constitui nas políticas sociais.

1.2 A materialização da família nas Políticas Sociais

A instituição da família nuclear, composta pelo triângulo pai-mãe-filhos, sobressaltava-se como modelo que alcança maior projeção em nossa sociedade desde a Revolução Industrial, e é, portanto, fonte de normas sociais e de construções de comportamentos sobre os quais se devem instaurar as relações entre mulheres e homens, reafirmando estereótipos de subordinação para as mulheres.

A família passou a ser principal foco de direcionamento das políticas sociais. A ideia de centralidade na família nos remete a relação entre família e seus mecanismos de buscar suprir as suas necessidades básicas, como também traz à tona a concepção de família abordada por estas políticas e programas sociais.

A família dita “nuclear”, tal qual como é apresentada nos dias atuais, trata-se da consumação de um processo que vem desde o século XVI e XVIII, durante o qual o modelo pai-mãe-filho(s) se destacou. Podemos situar três grandes momentos na evolução da família: na primeira fase a família dita “tradicional” que serve acima de tudo para transferência patrimonial, instaurada em uma ordem imutável, plenamente submetida à ordem patriarcal; na segunda fase a família dita “moderna”, modelo que se impõe no final do século XVIII e meados do século XX, fundada no amor romântico, a divisão do trabalho entre homem e mulher, a responsabilização da educação dos filhos pelo Estado de um lado e do outro os pais do outro e a terceira fase, a partir dos anos de 1960, a família dita “contemporânea” ou “pós-moderna”, homens e mulheres em buscas das relações íntimas ou realização sexual, os divórcios e recomposições conjugais aumenta, sintoma que esta última fase atribui a vida privada (ROUDINESCO, 2003).

Para tanto, é preciso compreender família como historicamente determinada, constituindo diferentes formas em distintos momentos históricos. Incorporando o ideário judaico-cristão, a família moderna foi idealizada como um santuário da moral e dos bons costumes, do amor, do cuidado entre seus membros (ARAÚJO, 2008).

A partir do final dos anos 60, sob a influência do feminismo e demais movimentos contestatórios a ordem social vigente, a família passa a ser problematizada

enquanto espaço de alienação e opressão. Desde então a família tem passado por profundas transformações, a fluidez dos desejos, da diversidade dos estilos de vida, marcas do mundo moderno, tem proporcionado com que as pessoas desconstruam as amarras institucionais que determinam um padrão de família (ibidem).

As críticas da sua forma de funcionamento vinham de todos os segmentos, o pensamento libertário da contra-cultura e o pensamento revolucionário acusava a família burguesa de ser individualista, conservadora, racista, sexista. Disseminava-se também entre os especialistas em sanidade mental as críticas a esta formatação de família que prejudicial para o desenvolvimento dos seus membros, em especial das crianças (COSTA, 2006).

A inserção do Estado nas relações familiares pode ser inicialmente relacionada com o movimento higienista, através de uma política que buscava a prevenção dos futuros cidadãos desviantes, escolhendo as mulheres/mães como as principais responsáveis pelos desvios de personalidade identificados em seus filhos (Costa, 1983; Correa, 1997; Silva Júnior e Andrade, 2007; Santos, 1996). É importante destacar que o movimento higienista convocava à normatização e à regulação da família e da infância (Silva Júnior e Andrade, 2007).

Com isso, a intervenção do Estado funcionou como uma estratégia de “familiarização das camadas populares”, que emerge no século XIX com o propósito de ter como referência os moldes da família nuclear burguesa, pautada em uma ótica higienista e sanitária, que ancorada na moral religiosa, conferia ao Estado o objetivo de disciplinar as estruturas familiares, adequando o indivíduo ao meio social (DONZELOT, 2001).

As estratégias de “familiarização das camadas populares”, aliadas a construção do amor maternal¹³, culminou com o revestimento de uma nova estrutura emocional familiar, reforçando ainda mais a identidade das mulheres ao doméstico (PÔSTER, 1979).

Assim sendo, o Estado permaneceu durante um longo período criando instituições como substitutas das famílias incapacitadas de garantirem os cuidados dos seus filhos, ou seja, seriam estabelecimentos fechados responsáveis pelo desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes “desviantes”, ao invés de criarem

¹³ O amor maternal não se encontra instaurado na natureza feminina. Será uma exigência dos valores dominantes de uma determinada sociedade que determina as identidades da mãe, do pai e dos filhos (BADINTER, 1980).

políticas sociais de apoio às famílias (Marin, 2002; Rizzini e Rizzini, 2004). Por um longo tempo, proteger a infância, significou proteger da produção da impossibilidade de mães e pais das famílias pobres garantirem a proteção necessária para seus filhos, as desqualificando do exercício da parentalidade. Foram processos interventivos que não se tornaram efetivos, uma vez que não se aproximavam das realidades vivenciadas por estas famílias, que logo se mostraram ineficazes no atendimento as necessidades das famílias.

Os estabelecimentos criados pelo Estado cuidavam de maneira idêntica todas as crianças e adolescentes, apropriando-se das suas subjetividades e intimidade a partir da convivência institucional. Proteger a infância tornou-se por muito tempo sinônimo de proteger da sua própria família (GOFFMAN, 1961).

Essas práticas de apropriação do Estado foi por muitos anos, predominante na assistência a infância e juventude. Para Rizzini e Rizzini (2004), tais práticas continuam vigentes para a família pobre, que são constantemente alvos de construções teóricas acerca da sua condição de existência dada pelas limitações dos cuidados com os filhos. Como situa Paludo e Koller (2008), a “teoria” acerca da “família desestruturada” usualmente utilizadas para denominar as famílias das camadas populares que passam por dificuldades financeiras. Como tais são responsabilizadas pela sua própria condição de existência.

Deve-se levar em consideração que ainda nos dias atuais persistem de forma hegemônica muitas das percepções construídas pelas elites, no sentido de tratar a instituição familiar enfatizando a relação pobreza/família irregular (NEDER, 2011), ou seja, insiste na defesa da culpabilização da família diante das problemáticas sociais vivenciadas no seu cotidiano, reduzindo a intervenção estatal no processo de superação, emancipação social.

Nesse sentido, a família foi majoritariamente conduzida pelas políticas sociais de forma separada do seu contexto social e cultural, ocasionando a reprodução de discursos institucionais fragilizados (TAKASHIMA, 2011).

A estratégia da centralidade na família, a própria família tomada pelos programas de transferência de renda condicionada, definem comportamentos, identidades desejáveis a cada momento do ciclo familiar, o lugar de cada membro na unidade doméstica. Tais posturas são acionadas como parâmetro das políticas sociais como potencializadoras da eficácia dos programas destinados ao enfrentamento da extrema pobreza (DRAIBE, 2011). Sua consolidação acontecerá através dos projetos,

programas, serviços e benefícios lócus da política de assistência social. Se configurando como:

Conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p. 90).

As políticas sociais com destaque para a Política de Assistência Social, enquanto alvo privilegiado dos programas sociais, como o Programa Bolsa Família, centraliza sua intervenção na família, tendo as mulheres como responsável pelo gerenciamento e cuidados dos recursos e cumprimentos das condicionalidades, tem sido direcionamento prioritário das ações do Estado.

Nesse sentido, a família passa a ser o lócus privilegiado das políticas sociais mais especificamente a política de assistência social, pelo reconhecimento legal da responsabilização da família para prover a proteção social dos seus indivíduos, centralizando as ações das implantações dos programas sociais na família, culpabilizando e responsabilizando estas diante das suas realidades sociais vivenciadas. Sendo fortalecida, por exemplo, através da implementação das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Como exemplo desse processo, temos a chamada “matricialidade familiar” ou “centralidade na família” que fundamenta as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), uma política pública que reifica o feminino para o campo do privado, dada pelo direcionamento das mulheres as suas funções maternas e familiares, demonstrando a concepção de família socialmente atribuída às mulheres-mães, cuidadoras do grupo familiar (MARIANO, 2010).

A Matricialidade Sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a execução de todas as ações e serviços da política de assistência social. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), família é o conjunto de pessoas unidas por lações consanguíneas, afetivos ou de solidariedade, cuja garantia de sobrevivência pressupõe a obrigação da renda compartilhada reciprocamente (BRASIL, MDS, 2009, p. 12).

A PNAS ao tratar família afirma que “deve considerar novas referências para compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um

modelo único baseado na família nuclear (...)” (BRASIL, 2005, p. 35). Ao trazer essa consideração dos novos arranjos familiares, a PNAS rompe com um modelo único baseado na família nuclear discursivamente hegemônico no seio social.

Nessa direção, a matricialidade sociofamiliar desconstrói um modelo de família nuclear, mas por outro lado, constrói identidades impetradas pelo modelo discursivo do padrão de família hegemônico. Observa-se que a família, mas especificamente a mulher, encarregada de atender as insuficiências do Estado no que diz respeito à proteção social, nas políticas sociais e em especial na política de assistência social, reforça a identidade da mulher enquanto cuidadora da família, do lar.

De acordo com Miotto (2004), a incorporação da família nas políticas sociais se faz através da tensão da incorporação de duas tendências: uma familista e outra protetiva.

A denominada “familista” por Espiing-Andersen (1999), o bem estar dos membros das unidades familiares devem ser assumidos por estas, enquanto instituições naturalizadas, responsabilizadas de proteção social, em conjunto com o Estado, mercado e sociedade civil organizada. Por sua vez, a tendência “protetiva”, enfatiza a responsabilidade pública enquanto mantenedora da proteção social da unidade familiar garantida através das políticas sociais.

Corroborando, de acordo com Miotto (2008), a política “familiar” ou familista, com foco na família, prevê que os membros das unidades familiares devem ser capazes de suprir suas necessidades básicas, promovendo o seu bem-estar e isentando o Estado de uma intervenção mais abrangente no que concerne a viabilização deste bem-estar.

Podemos afirmar que as políticas sociais de cunho familista, são construídas com foco em um modo específico de ser família, a família moderna, tendo com centro o trabalhador/provedor masculino (LISBOA e MANFRINI, 2005). Neste sentido, considerar que tais políticas sociais reafirmam a maneira de como deve ser a identidade desejável de cada membro da unidade familiar, colocando em evidência a contradição dual a partir do momento que se destina manter minimamente o lado da sobrevivência da família através do “provedor familiar”, por outro lado relaciona-se a identidade de cuidadora, na redistribuição dos recursos financeiros, como também na continuidade dos cuidados familiares, reforçando o discurso hegemônico de ser família.

Logo, as políticas sociais de cunho familista, remetem à intensificação da naturalização do processo de construção hegemônico do binarismo de gênero, atreladas ao enfrentamento da pobreza e aos cuidados.

A família pode ser conceituada como uma unidade de pessoas em interação, um sistema semiaberto, com ou sem laços consanguíneos, inseridas em uma diversidade de contextos históricos, sendo que a cada um deles correspondem tarefas específicas por parte da família (BURGENS; ROGERS apud ELSSEN, 2002). Trata-se de uma visão ampliada e atual de família, composta por uma infinidade de arranjos, por pessoas que convivem em uma ligação afetiva duradoura, podendo ser casais com vínculos heteroafetivos e seus filhos (as), casais com vínculos homoafetivos e seus filho (as) ou sem filho (as), dentre outras possibilidades de construções familiares. Tal conceito de família se coloca como enfrentamento as construções normativas de família que busca padronizar um modelo único, nuclear, dominante de ser família. Desconstruídas, recomposta, a família está em constante transformação.

No Brasil, as políticas sociais e os Programas de Transferência de Renda Condicionada dão importância à família, na perspectiva do sexo masculino provedores, “chefes de família” responsáveis pelo sustento familiar, e por outro lado, o sexo feminino pelo cuidado (MIOTO e CAMPOS, 2002).

As questões de dependência e interdependência que criam responsabilidades familiares diferenciadas dos indivíduos pertencentes ao grupo são dadas como óbvias. Está implícita a manutenção da família, indispensável à manutenção do próprio grupo, de forma que a tendência é de não reconhecimento, da parte do Estado e da sociedade, dos limites econômicos e sociais dessa contribuição (MIOTO e CAMPOS, 2002, p. 170).

Os direitos civis, políticos e sociais e deveres que o Estado concebe para sexo masculino e para o sexo feminino contribuíram historicamente para reforçar um padrão de subordinação feminina, concebidos de modo sexuado, as mulheres sendo inseridas a partir de questões do mundo doméstico, da maternidade, do espaço privado, da sua associação às funções maternas e de cuidado e para os homens, a esfera do espaço público, do indivíduo trabalhador, provedor (MARIANO, 2010).

O Programa Bolsa Família traz expressamente a centralidade e cumprimentos das condicionalidades preferenciais para a participação das mulheres como exclusivas representantes do grupo familiar, centralizando-as como “sujeito” do referido programa

de governo¹⁴ e as vinculando a uma identidade centrada na cuidadora, mãe, podendo ser uma mulher – tia, avó, madrasta. Contudo, ressaltando as identidades culturais socialmente construídas na esfera doméstica ou da reprodução, sendo, portanto, a interlocutora dessas ações. Nesse contexto, a categoria gênero não pode ser desconectada das análises acerca das ações estatais que se direcionam para a família, a compreensão da instrumentalização do sexo feminino e masculino nessas políticas, em especial no PBF.

Essas estratégias políticas do PBF, não busca levar em consideração a situação de subordinação feminina, tão pouco realiza uma comparação relacional entre as mulheres e homens beneficiários, dá-se a ênfase a autonomia das mulheres como indicador relevante a partir da titularidade do referido programa, o que necessita maiores reflexões principalmente pela responsabilização destas mulheres no cumprimento das condicionalidades.

1.3 Discutindo Gênero e Feminismo

Os estudos de gênero se expressam através de perspectivas que se propõem a explicar a necessidade de desnaturalizar as desigualdades construídas entre os sexos, sobretudo através de análises feministas que discorrem sobre o tema de formas distintas, mas não como verdades absolutas, são apenas maneiras diferentes de construções do conhecimento em determinados contextos históricos.

Expressando-se de formas diversas, por vezes aparentemente independentes, feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes [...] As produções dos/as pensadores/as pós-estruturalistas e feministas terão, pois, pontos de contato, mesmo que sejam também evidentes algumas zonas de discordância ou atrito” (LOURO, 1997, p. 30).

As teorias feministas dialogam entre si, por vezes, buscando compreender como são construídos os lugares de poder e das opressões das desigualdades de gênero no cotidiano social.

¹⁴ Como dispõe o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, em seu artigo 23: “O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento”.

A princípio, é necessário destacar que o Feminismo é um movimento social que tem como direcionamento romper a subordinação e exclusão do poder das mulheres, buscando construir uma proposta ideológica que reverta à construção cultural que a subordina aos homens (SOARES, 1994).

Foi no século XIX que surgiu o Movimento Feminista, considerado um dos mais importantes movimentos sociais que se estruturou plenamente na segunda metade do século XX, espalhando-se pelo Ocidente, possibilitando as mulheres se reconhecerem sua condição não mais como um destino natural-biológico, mas como sujeitos de uma situação social inovadora, pensada de forma diferente após séculos de exclusão e de dominação masculina (BANDEIRA, 2010).

Para compreender o processo de construções das teorias feministas e do estudo de gênero é preciso situar historicamente as várias fases do feminismo, conhecidas como ondas do feminismo que foram construídas em contextos históricos distintos de acordo com as necessidades políticas e sociais. É relevante ressaltar que não há um só feminismo, universal, mas vários feminismos (NARVAZ e KOLLER, 2006).

A primeira onda do feminismo representa o surgimento do movimento feminista, pela luta do acesso igualitário aos direitos civis, políticos e educativos, que eram reservados apenas aos homens (NARVAZ e KOLLER, 2006). Essa primeira onda do feminismo ocorreu no final do século XIX e início do século XX, se caracterizando nesse primeiro momento como uma importante mobilização no continente Europeu e na América do Norte (PISCITELLI, 2009).

Segundo Lourdes Bandeira (2000, p.19), as lutas das mulheres no Brasil estavam centralizada: “pelo direito à educação, na conquista do voto e outras mais incisivas defendiam a independência econômica, ou seja, o direito e o livre acesso ao trabalho”. Apenas com a Constituição Brasileira de 1934 foi considerada legalmente a igualdade entre os sexos, pelo direito ao acesso do voto e proteção no âmbito trabalhista para as mulheres (BANDEIRA, 2000).

No campo das produções teóricas, na primeira onda, temos a antropóloga Margaret Mead que vai mostrar que as concepções de masculinidade e feminilidade variam de uma cultura para outra, tendo como referência a perspectiva dos papéis sociais atribuídos aos sexos para destacar as construções culturais realizadas com foco na diferença sexual (PISCITELLI, 2009). Piscitelli (2009) destaca outra autora importante desse período, Simone de Beauvoir, que com seu livro “O Segundo Sexo”, considerado também precursor da noção de gênero surgido na segunda onda do

Feminismo, direcionada pela ideia da dominação masculina, a subordinação feminina pensada como universal legitimada pelo patriarcado¹⁵, vem com suas postulações no sentido de que para eliminação desta dominação era necessário muito mais do que a conquista do voto para as mulheres, mas o enfrentamento das normas sociais, o direito do acesso à educação, a eliminação da obrigação do casamento, o direito de escolha da maternidade e liberdade sexual, que colocavam as mulheres como inferiores. Este livro é considerado o precursor da segunda onda do Feminismo.

A segunda onda do feminismo surge nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na França, as americanas ressaltavam a denúncia da opressão masculina e a busca pela igualdade, por sua vez as francesas demandavam a necessidade da visibilidade a experiência feminina, geralmente negligenciada, mediante a valorização das diferenças entre homens e mulheres (NARVAZ e KOLLER, 2006). Segundo Gonçalves e Pinto (2011) no Brasil a segunda onda é demarcada no final de 1970.

A partir da década de 1970 o Movimento Feminista Brasileiro se tornou um movimento social mais amplo, na medida em que trazia em seu cerne a possibilidade da realização de rupturas de algumas fronteiras culturais e morais socialmente estabelecidas, retirando as mulheres da invisibilidade social, “negando reconhecer o mundo como patriarcal e androcêntrico, centrado no homem como ser humano universal, no poder e hierarquia dele derivante” (BANDEIRA, 2000, p.29). Demarca-se neste momento o início da segunda onda do Feminismo no Brasil, 1970 e 1980, o Brasil está vivenciando o auge da segunda onda, situando a mulher no campo político, da academia como produtora de conhecimento, a categoria mulher enquanto centralidade.

Buscando instrumentos analíticos, as feministas da segunda onda, buscaram alternativas a categorias problemáticas de análise como o patriarcado, por exemplo, por ser universalizante, não priorizando a condição feminina em diferentes contextos, lugares e épocas, e tecendo a crítica do paradigma de identidade de gênero de Robert Stoller, por oprimirem as mulheres e todas as formas de sexualidade diferentes da heterossexual (PISCITELLI, 2009).

De acordo com Piscitelli (2009) a utilização do patriarcado como ferramenta analítica na segunda onda do feminismo para explicar a subordinação universal das mulheres tornou-se um problema, por não contemplar as particularidades da condição feminina em diferentes contextos históricos e sociais, nos apresentando que:

¹⁵ “Patriarcado é um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem” (PISCITELLI, 2009, p. 132).

Hoje, esse conceito é alvo de críticas, principalmente porque trata de maneira única, universal, formas de poder que se alteram em diferentes períodos históricos e lugares. Mas é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e das causas da subordinação feminina, tinha o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la (PISCITELLI, 2009, p. 136).

As feministas da segunda onda se direcionaram por este motivo, atrelado as suas reivindicações para a igualdade de direitos, a busca pela origem cultural das desigualdades entre os sexos. Dessa forma, trabalharam tendo como referência várias frentes:

Criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram visibilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação e trabalharam, recorrentemente, com uma série de categorias e conceitos fundamentais, sobretudo os de mulher, opressão e patriarcado (PISCITELLI, 2009, p. 133).

A categoria “mulher” surgiu nesse período com a compreensão de que a opressão das mulheres também atinge as mulheres das classes altas e brancas, indo além das questões de raça e classe (PISCITELLI, 2009).

A partir deste período da segunda onda do feminismo se percebe como identificador de uma determinada área de estudos no país, uma substituição gradativa de uma categoria empírica, mulher, para uma categoria analítica, gênero. Tal mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico e “enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino” (HEILBORN, 1999, p. 4).

O termo gênero é usado por algumas autoras feministas para demonstrar os aspectos culturais construídos para demarcar as diferenças entre o masculino e o feminino. Esse termo foi introduzido em 1963 pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, reformulando o conceito de identidade de gênero, compreendendo sexo vinculado à biologia e o gênero a cultura, ou seja, quando nascemos somos denominados de acordo com nossos órgãos genitais de “meninos” ou “meninas”, mas as maneiras de ser vivenciado o masculino e o feminino diferenciam-se pelas influências

culturais que mudam de acordo com o contexto histórico e social (PISCITELLI, 2009, p. 123).

Nesse sentido, durante muito tempo, as discussões de gênero se detinham no marco binário, natural e hierárquico de análise, como se existisse inscrita na subjetividade uma essência naturalmente masculina ou feminina; o sexo descrevia os aspectos naturalmente herdados e o masculino e feminino uma única forma fixa de ser homem ou mulher. Contudo, há de se afirmar a existência de várias construções teóricas feministas contestatórias que expressa à instabilidade da dicotomia sexo/natureza, gênero/cultura e nos coloca a reanalisar as identidades de gênero.

Buscando a origem da opressão e naturalização da subordinação das mulheres, Rubin (1993) em seu artigo *A Circulação de Mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”* (1975), com base no estruturalismo de Lévi-Straus, buscando problematizar a origem da opressão feminina criou o conceito do sistema sexo-gênero. Através do qual apresentou que a subordinação das mulheres seria construída culturalmente na sua circulação através do parentesco e da sua manutenção através da divisão sexual do trabalho, determinando os lugares de homens e mulheres a partir das suas diferenças biológicas, criando o gênero. Definiu o sistema sexo-gênero como “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade humana e biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 1).

Relevante ressaltar que a análise de Rubin manteve o caráter permanente da oposição binária masculino/feminino, apontando para um lugar natural e fixo para cada sexo e que seria a única forma de relação entre essas duas categorias, construindo uma análise de que sempre haverá o homem e a mulher, mesmo nas relações homoafetivas. Sua visão estruturalista não deu conta de compreender as sobreposições de poder das relações de gênero nas diversas sociedades do mundo (PISCITELLI, 2009).

Em pertinente contribuição sobre a discussão de gênero Butler (2003) defende a desconstrução da categoria mulher, propondo romper com seu caráter fixo e normativo, que mantém e reproduz subordinação, porém, não abandonando o sujeito, mas o ressignificando. Rompe com a política de identidade que cria um modo normatizador e excludente à medida que desenvolve algum tipo de unidade, um sujeito estável, que limitaria a capacidade de análise e de construções de novos discursos.

Para Butler, gênero é “um estilo corporal, um ato (ou uma sequência de atos), uma estratégia que tem como finalidade a sobrevivência cultural, uma vez que quem

não faz se gênero corretamente é punido pela sociedade” (1990, p. 139-140, apud, SALIH, 2012, p.94). Dessa forma, Butler (2001) afirma que a diferença sexual é constituída por práticas discursivas, o “sexo” enquanto categoria é prática regulatória e norma que produz os corpos, o que Foucault chamou de “ideal regulatório¹⁶”.

Desejar sexualmente o mesmo sexo ou vivenciar o que não é construído culturalmente para o sexo masculino ou feminino dito como “normal”, faz parte do sentir-se “diferente”, por não seguir o estabelecido culturalmente, “as estruturas hierárquicas, dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher” (Scott, 1990, p. 91). Nesse sentido, as determinações construídas culturalmente sobre os sexos biológicos naturalizam o que é ser masculino e feminino e a sexualidade direcionada para o sexo oposto, o que conhecemos por heteronormatividade compulsória, punindo e rotulando os corpos que fogem a este padrão como “anormais”, dentre outras denominações pejorativas.

Para Butler (2003), enquanto construção cultural, sexo é o gênero, é visto como instrumento para garantir a produção e governo dos corpos. Butler (2012) defende que “o gênero não é “natural”; assim, não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e o seu gênero”.

A desconstrução da materialidade corporal do sexo possibilitará um constante devir, expressar a sexualidade em qualquer momento histórico específico da forma que sentir vontade, não havendo a fixidez da sexualidade imutável, subvertendo a inteligibilidade do gênero, desconstruindo as identidades de gênero tomadas como aparentemente naturais.

Louro (2004) nos apresenta que no cotidiano da vida social é estabelecido culturalmente desde o nascimento o “fazer” de um corpo feminino ou masculino. “A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou de feminilização com o qual o sujeito legítimo se compromete” (Louro, 2004, p. 4). “A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inclusão repetida de uma norma” (BUTLER, 2001, p. 7).

¹⁶ “Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas” (BUTLER, 2001, p. 111).

Nessa perspectiva, Butler (2001) não ignora a materialidade dos corpos, defende que estes são percebidos a partir dos discursos que os circundam. Dessa forma, repudiando argumentos essencialistas e deterministas que venha buscar compreender as atuações dos corpos no cotidiano social. A linguagem produz os corpos e o sujeito, a partir do momento que este se faz condição performática, reitera uma norma que está sendo citada no corpo.

Os diferentes viés teóricos das análises feministas, proporcionam interesses comuns entre as estudiosas, embora fontes de debates e polêmicas. É preciso reafirmar o debate no campo social que,

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade (LOURO, 1997, p. 22).

É importante ressaltar que de acordo com Narvaz e Koller (2006) as três fases do feminismo não pode ser situadas em momentos históricos lineares, mas compreendermos como fases que coexistiram e ainda coexistem na contemporaneidade.

Após essa interlocução com as teóricas feministas que balizam o nosso estudo no que concerne à emergência dos estudos de gênero, iremos expor as interrelações da categoria gênero com o Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, apresentaremos como gênero se expressa no PBF, inicialmente buscaremos compreender política pública para as mulheres e na política pública na perspectiva de gênero. Evidencio que o PBF se encontra no campo de uma política na perspectiva de gênero mesmo que enviesada pela dualidade do gênero.

1.4 Demarcando Gênero no Programa Bolsa Família

O Programa em seu §14 da Lei 10.836 que o institui, prevê que o pagamento do benefício será preferencialmente para as mulheres. Aonde 93% das mulheres são as titulares do Programa¹⁷, o Art. 3º do PBF concede o benefício que dependerá do

¹⁷ Bolsa Família. Disponível em: <<http://brasildamudanca.com.br/bolsa-familia/bolsa-familia>> Acessado em 30 de nov. 2016.

cumprimento das condicionalidades, relativas ao exame pré-natal, acompanhamento nutricional e garantia da frequência escolar.

Nesse sentido, posso sinalizar que o PBF reforça a perspectiva que naturaliza, demarca as polarizações duais entre masculino x feminino, espaço público x espaço privado, essencializando os sexos e construindo o processo hegemônico do discurso binário, dicotômico de um polo dominante e outro dominado. Reforçando uma identidade desejável para as mulheres dentro de um viés biologicista que afirma como predisposições naturais do lugar da mulher no âmbito privado/doméstico, devendo cumprir o que é socialmente construído.

Diante da complexidade que envolve a construção do conceito de identidade, Stuart Hall (2005) definiu três concepções distintas: a) o sujeito do Iluminismo, o indivíduo era centrado, dotado da razão, representando sua identidade, o homem possuía uma essência inata que permanecia com ele desde o seu nascimento durante toda sua existência; b) o sujeito sociológico, o indivíduo tem uma essência interior em permanente interação com as construções culturais do mundo exterior, dada pela mediação entre o seu eu e sociedade; c) o sujeito pós-moderno, neste a identidade do sujeito não é fixa e imutável, está em permanente transformação, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (HALL, 2005, p. 13).

Hall (2005, p. 13) “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, é o sujeito das identidades múltiplas, fragmentadas em permanente construção. Neste sentido, possibilita a problematização das identidades construídas culturalmente como inatas, biologicamente determinadas que são cotidianamente reiteradas através de práticas discursivas.

A perspectiva que define a identidade como fixa e imutável serve para estabilizar as relações sociais e as relações de poder que as fundam. Procedimento útil para estabelecimento das normas, das hierarquizações e dos processos de exclusão.

Ademais, identifico a marca do patriarcado no PBF pela sua inclusão em uma base identitária que inclui a naturalização da biologização e aspectos sociais, efeitos da dominação masculina, na medida em que constrói estereótipos para as mulheres, cuidadoras dos filhos, do lar, as lançando para uma relação de poder a partir de uma dicotomia hierárquica: dominante e dominado. Construindo as mulheres por traços universalistas no processo de enfrentamento a pobreza.

Como um programa de governo que parece ser de um caráter eminentemente progressista, que se pretende ao exclusivo enfrentamento a pobreza, pode ao mesmo tempo trazer as formas mais conservadoras da construção da naturalização de uma identidade fixa para as mulheres?

A divisão estabelecida entre os sexos parece ser normal, natural, inquestionável, não são simétricas, são de dominação, construída a partir da divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino passivo, “este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada (BORDIEU, 2010, p. 31) . A ordem social constrói o corpo através da sua realidade sexuada, alicerçada no ideário da dominação masculina, busca sua ratificação:

É a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BORDIEU, 2010, p. 31).

Contudo, essa lógica dual aponta para um determinado lugar fixo e “natural” para cada gênero, “o processo desconstrutivo permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções. O exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo de oposição” (LOURO, 1997, p. 33). A autora acrescenta,

Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante versus mulher dominada”. Por outro lado, não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder (LOURO, 1997, p. 33).

Nesse contexto, existem políticas públicas que são construídas com perspectiva de gênero ou apenas com foco nas mulheres, ou seja, sem contemplar o enfrentamento

as desigualdades de gênero. Nesse sentido, temos que as políticas públicas que construídas com viés de gênero são as políticas que incorporam analiticamente à perspectiva de equidade de gênero, por sua vez, as políticas públicas para as mulheres têm a centralidade na mulher/mãe, no essencialismo baseado na imutabilidade do relacionamento entre os sexos, por reiterar a situação da maternidade, perpetuando o direcionamento a responsabilização feminina pela reprodução da vida social, já que enfatizam as identidades desejáveis para as mulheres na educação dos filhos, os cuidados domésticos, com a alimentação, dentre outras, ou seja, com a convivência familiar e reprodução social para manutenção do sistema (BRASIL, 2005).

Com isso, trazem à tona os conflitos das desigualdades reproduzidas culturalmente que perpassam as relações entre homens e mulheres com base no discurso das diferenças biológicas. É relevante ressaltar que embora as políticas públicas para as mulheres sejam pontuais, restritas, de menor abrangência, podem possibilitar rupturas das visões tradicionais do feminino (ibidem).

Nesse sentido, o PBF pode se tornar um instrumento de (des) construção do gênero, como diz Tereza de Lauretis (1994, p. 209), “a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução”, esta que se faz presente no PBF afirmando o discurso hegemônico alicerçado no binarismo, na medida em que sua normativa expressa centralidade das suas ações nas mulheres, não expressando enfrentamento as desigualdades de gênero, mas afirmando o processo de naturalização das construções culturais alijadas nos sexos.

Ademais, ao tratar mulheres e homens com base em uma perspectiva biologizante e essencialista se fixam as construções sociais e a forma de pertencimento na sociedade pelo sexo do indivíduo (MARIANO, 2010).

Considerando os saberes e normas que compõe os sujeitos discursivamente, Joan Scott (1990) insere seu conceito de gênero como categoria de análise fundamental para compreensão de como se constroem culturalmente as diferenças sobre os corpos sexuais fixando seu lugar social, pretende identificar como as construções de desigualdades entre homens e mulheres se estabelecem para compreender como funcionam para além do binarismo masculino e feminino. Seu objetivo é historicizar gênero, enfatizando os significados variáveis e contraditórios atribuídos a diferença sexual que por ser linguagem é mutável e relativo ao tempo e espaço.

Scott (1990) acrescenta que o gênero é utilizado recorrentemente pelo poder político para se conceber e se legitimar, estabelecendo a oposição binária

homem/mulher, esta se tornando parte do próprio significado de poder e como as relações de gênero podem ser alteradas de acordo com as necessidades do Estado.

Nesse sentido, Scott (1990) afirma que para compreender a categoria gênero é preciso percorrer analiticamente quatro caminhos metodológicos para interpretar como o gênero se dissemina nas relações sociais: 1. Os símbolos culturalmente constituídos, usados para classificar discursivamente o sujeito; 2. Os conceitos normativos explicitam as interpretações dos símbolos, utilizados para interpretar a oposição binária entre o masculino e feminino (à medida que surgem conceitos normativos, surgem os símbolos); 3. Instituições e organização social, que legitimam a fixidez da relação binária do gênero, controlando os conceitos normativos, a escola, a Igreja, dentre outras, aprofundando a desigualdade de gênero e 4. Identidade subjetiva, entender como são construídas as identidades de gênero dentro dos saberes (discursos).

Com isso, posso indiciar que o PBF permeia esses caminhos metodológicos, enquanto “instituição” como parte do processo de constituição, manutenção e/ou ruptura das desigualdades nas relações de gênero, por isso criar símbolo, conceitos normativos e possibilita compreender a identidade subjetiva através das falas das beneficiárias (os).

Para Scott (1990, p. 88) “o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, discursos do saber construídos para conformar as relações sociais, instituindo modelos e normas que moldam os comportamentos através das linguagens produzidas sobre as diferenças sexuais, hierarquizando e “naturalizando” a relação entre o masculino e feminino.

A perspectiva de análise da autora supracitada dá ênfase de como esses discursos são realizados na sociedade, a partir dos saberes construídos culturalmente identificar quais os significados atribuídos a homens e mulheres, na intencionalidade de desarticular a fixidez discursiva sobre os sexos, possibilitando a construção de novos discursos.

Neste sentido, a inserção política das mulheres através dos movimentos feministas desde a década de 1960 tem possibilitado problematizar a subordinação das mulheres aos homens, a resistência, demonstrando historicamente que a condição das mulheres na sociedade é uma construção cultural, portanto, mutável. Ademais, as conquistas e avanços das mulheres no transcorrer da história advém desde o início o século XX com a organização das mulheres na luta sufragista, pelo direito ao voto e de serem votadas, a inserção das mulheres no nível superior, a ocupação nos diversos

espaços de trabalho, são resultados das lutas históricas das mulheres feministas que iniciaram a resistência à construção de gênero. Argumentando, Pôster (1979) destaca a importância do movimento feminista, uma vez que trouxe a tona o debate do lugar da mulher no seio familiar. Desestabilizando os moldes da família nuclear, androcêntrica e heteronormativa.

Em uma conjuntura conservadora, estruturada pelas imposições opressoras do sistema capitalista, diante da ideologia da naturalização da aceitação cultural da submissão das mulheres aos homens, da resistência aos novos conceitos de gênero, se faz necessário à construção coletiva de políticas públicas pautada na transversalidade de gênero, raça e etnia no enfrentamento cotidiano das diversas formas da naturalização materna das mulheres em todos os segmentos da vida social.

Neste sentido, destaco a relevância deste trabalho ao buscar uma aproximação analítica das implicações causadas a partir da titularidade e da responsabilização das condicionalidades entre as/os beneficiárias/os do PBF nas relações de gênero¹⁸. Considerando,

Ao aceitarmos que as construções de gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando (LOURO, 1997, p. 32).

Com este capítulo, se percebe através das construções teóricas feministas como o gênero se (des) constrói enquanto processo cultural/social possibilita identificar como ao longo da história o gênero baseado na heteronormatividade, ou seja, na coerência entre sexo, gênero e desejo, foi utilizado enquanto ferramenta coercitiva de opressão e naturalização das desigualdades construídas culturalmente entre os sexos. Além disso, possibilita estabelecer uma aproximação teórica entre gênero e o PBF, através da sua postulação normativa, enquanto mecanismo de (des) construção discursiva do processo hegemônico do binarismo.

¹⁸ Pesquisadores da Unicamp e da UFSC apontam o Programa Bolsa Família como propulsor de libertação do controle masculino. Disponível em : <<http://noticias.terra.com.br/brasil/pi-cidade-piloto-do-bolsa-familia-retrata-revolucao-na-vida>> Acesso 12 fev. 2016.

CAPÍTULO II

2. OS DISCURSOS QUE (DES) CONSTROEM O GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo, irei analisar os discursos produzidos socialmente pelas mulheres e homens beneficiárias (os) do PBF, busco realizar uma análise comparativa entre suas falas, analisando-as a partir das entrevistas realizadas, a partir das discursividades que estas falas são constituídas pelas “verdades” produzidas pelas instâncias produtoras dos discursos, seja o Estado, igrejas, escolas, dentre outras.

É relevante ressaltar que segundo Foucault as práticas discursivas são “constituídas no processo histórico, ou seja, determinadas no tempo e delimitadas no espaço, que, em uma época concreta e em grupos ou comunidades específicas e concretas, vão definindo as condições que possibilitam qualquer enunciação” (FOUCAULT, 1996, p. 92), ou seja, é preciso compreender que o discurso é circunstancial, varia de acordo com o tempo e o lugar, levando em consideração também as intencionalidades de quando falamos e para quem estamos falando, o que nos apresentará de forma determinada para alguém, processo este que influenciará nos nossos posicionamentos cotidianos.

Nesse exercício analítico, busco acionar algumas categorias: família, maternidade, relações conjugais enquanto lócus de relações de poder e as expectativas de futuro para vida das beneficiárias (os).

2.1 Família, trabalho doméstico e representações de gênero

Realizei inicialmente as entrevistas com as cinco beneficiárias e titulares do PBF: Elisângela¹⁹, Luana, Solange, Danubia e Carol, indo às residências de todas, tendo a facilidade de encontra-las todas em casa.

Já era quase dez horas da manhã e eu batia palmas persistente a chamar Elisângela, 22 anos de idade, do lar, com ensino fundamental incompleto, auto declarada branca e com três filhos, residente da zona urbana, que ao abrir a porta explicou que estava dormindo, cansada por ter passado a noite acordada em decorrência de um dos seus filhos estar se recuperando de uma virose; filho este que neste momento estava nos seus braços e o outro filho assistindo televisão. Elisângela, com gestação de sete meses, sem

¹⁹ Os nomes das (os) entrevistadas (os) são nomes fictícios de escolhas aleatórias pelo pesquisador.

a companhia do marido que estava trabalhando, demonstrava facialmente um aspecto de cansaço. Expliquei o motivo de estar na sua casa, ser estudante do mestrado em Serviço Social da UEPB e estar realizando uma pesquisa com as beneficiárias (os), sobre as possíveis interferências nas relações entre ela e seu companheiro. Quando fui convidado a entrar na sua residência, a sentar no sofá perguntei: “O que você entende por família?”, Elisângela respondeu?

Como estas (es) são os beneficiários de um Programa que visa atender à “Família”, julguei ser interessante iniciar nossas conversas pelo entendimento que estes teriam da própria noção de “família”. Assim, o perguntar para Elisângela o que ela entendia por família, ouvi prontamente: “Assim, tá na união, ajudar um aos outro na precisão, pra mim é isso.”

Diante dessa sua fala, Elisângela lança a uma função fraterna do que seja família, dos laços de união que a significam, o que ressoa nas visões de autores que estudam o tema. Para Losso (2001) a função fraterna compõe uma das funções estruturantes do que seja família, uma função de reciprocidade, colaboração. O que, em tese, possibilitaria uma convivência harmônica entre os familiares. Moguillansky e Vorchheimer (2001) assentam na construção do vínculo fraterno um lugar central como referência dos sentimentos de pertencimento, de estar.

De maneira semelhante, outras beneficiárias que entrevistei se expressaram a respeito, como se pode ver:

Tudo né, eu acho que é tudo, eu, minhas filha, meus pais, meus neto, a pessoa com quem eu vivo, minha sogra né, tudo isso pra mim é família (Luana, 29 anos, Lagoa Seca, 5 Abr. 2016).

Família, família é união, amor, tudo, porque como minha família são, eu tenho duas família [família do marido], conheci duas família agora, aí eu fico entre elas duas, aí em vez de escolher elas duas eu escolho a de casa que é melhor, porque para não complicar, aí família pra mim é isso, ter amor ao próximo, amor ao meus filho (Solange, 27 anos, 06 Abr. 2016).

Família é a união, família é o respeito, eu acho que família é tudo, família é a base, se a família não tiver uma base, você não tem nada, a base é a união, o respeito, é, a família deve cada um respeito, cada um união e primeiramente pra você ter uma base, você tem que ter Deus (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abri. 2016).

Tudo, é a base de tudo né, assim, a gente mantém por causa deles, dos filhos (Carol, 26 anos, Lagoa Seca, 14 Abri. 2016).

A ideia referente à união, e da família como uma “base”, portanto, são recorrentes. Desta base participam, segundo algumas delas, outros membros para além da família nuclear, embora se reforce o sentido desta, sobretudo centrada nos filhos (as). Além destes e do (a) companheiro (a), sogra, filhos de outros relacionamentos, netos, a família do companheiro(a), são lembrados como partícipes dessa “base”, que no caso de falas como as de Solange e Danubia são reforçadas pelo amor, respeito e mesmo um sentido de fé. Percebo, pois, que todas demarcam aí uma importância desta “base” para a organização de suas vidas. E, procurando compreender melhor como as relações de gênero configuram o cotidiano dessa base familiar selada pela ideia de união e respeito, questioneei sobre a organização do cotidiano em família em torno da distribuição tarefas domésticas.

Ao ser então questionada sobre a divisão de tarefas no lar, no concernente à organização da casa e das atividades ditas domésticas, perguntei se “nas atividades domésticas o companheiro ajuda? Por quê?”. Elisângela respondeu que: “Ajuda, em casa ajuda, **porque peço**, faz de tudo dentro de casa, só não lava a roupa, mas de tudo ele faz, **faz reclamando**, mais faz”²⁰. Essa sua fala sinaliza que seu companheiro não compreende as atividades domésticas enquanto atividades também para o homem, quando Elisângela expressa que o companheiro faz algo quando ela pede, e que o faz reclamando.

Observa-se a possível permanência de Elisângela, como também do seu companheiro no terreno da construção dicotômica de gênero compondo as identidades para homens e mulheres.

Scott (1991, p. 445) traz importantes contribuições para as construções de gênero no mundo do trabalho. Salienta que a separação entre lar e trabalho demonstra uma consequência baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres que passam a alicerçar a organização social e a produção de discursos médicos, científicos, políticos e morais, “seria preferível referi-la como o discurso que no século XIX conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho <<natural>>”.

Para as mulheres do século XIX estava o cuidado do lar, dos filhos, do marido, era o socialmente natural, trazendo à tona uma série de discursos em relação à aceitação das

²⁰ Optei por transcrever as falas de meus entrevistados conforme suas pronúncias. Eventualmente, quando senti maior necessidade de um esclarecimento, tentei fazê-lo durante a própria análise. Também, as palavras em negrito nessas transcrições são grifos meus.

mulheres enquanto trabalhadoras do lar, uma conformação “naturalizada” das identidades dos homens para o espaço público e para as mulheres, o espaço privado.

Fica explícito que inviabilizar as problemáticas que busca naturalizar a separação entre lar e trabalho, a inserção das mulheres no trabalho produtivo, é o jogo proposto pelos discursos enquanto reproduções de uma produção discursiva coletiva que articula e possibilita as falas individuais. Tal recurso de invisibilidade foi e ainda é responsável por uma série de desigualdades de gênero, pelo não reconhecimento do trabalho reprodutivo enquanto trabalho, pela plena isenção dos homens na participação nos cuidados com a família, com o trabalho reprodutivo. Albuquerque Júnior (2003) dirá:

A mulher reina como senhora absoluta no lar, orienta a educação dos filhos e encarna sem contestação a lei moral que decide sobre os bons costumes. É do homem o resto do mundo. Incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública é seu elemento natural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 9).

Por sua vez, Solange, 27 anos de idade, também agricultora, residente na zona urbana, com ensino fundamental completo, casada, auto declarada de cor parda e com quatro filhos. Em meio ao calor do meio dia, fui para sua residência, chegando lá fui recebido por um homem que estava no terraço em meio a vários retalhos de couro no chão, costurando luvas em uma máquina apropriada.

Ao me apresentar como estudante que estava realizando uma pesquisa com as mulheres e homens beneficiários (as) do Programa Bolsa Família sobre as mudanças que poderia estar havendo nas relações entre os mesmos fui simpaticamente convidado por ele a entrar na casa. Sendo recebido com sorriso no rosto por Soraya, que em meio ao som da panela de pressão no fogão, da televisão ligada, as crianças em meio a sala me convidou a sentar e a partilhar antes de tudo de uma boa conversa sobre a realidade da sua família. Iniciada a entrevista vinham às pausas de Solange me oferecendo água, um cafezinho, sempre com aquele sorriso largo no rosto. Neste momento sobre a realização das atividades domésticas, colocou que:

Namm, ajuda! Ajuda em que? A suja, dá roupa suja, porque esse pobi não tem tempo nem pa respirar (risos), não, assim, se fosse uma precisão ele ia lá e fazia que nem meus quatro minino, os nove meis quem tomou conta foi ele, não foi ninguém, foi ele, roupa, cumê, tudo era ele, só **ajuda quando é uma necessidade**, mas quando eu **dô uns grito bom ele me ajuda sabe** (risos), **ajuda** (risos) (Solange, 27 anos, 06 Abr. 2016).

Embora Solange e seu companheiro exerçam o mesmo trabalho profissional, costurando luvas no próprio espaço do lar da família: “[...] que a gente trabalha por conta própria aí é muito pouco, aí eu dou, o que falta eu compro com esse dinheiro, trabalhamos costurando luvas eu ele [...]”, sua fala sinaliza uma possível separação entre o trabalho público, que também é exercido dentro de casa, como fora dito, e o privado, assim como na família de Elisângela, o trabalho privado, doméstico, demonstra a possível ideia que também não é um trabalho a ser realizado também por homem, quando Solange diz: “[...] só ajuda quando é uma necessidade, mas quando eu dô uns grito bom ele me ajuda sabe (risos), ajuda (risos)”.

A fala de Solange entra em consonância com o que afirma Bruschini (2006), ao colocar que as mulheres são as que mais consomem seu tempo nas atividades de reprodução familiar, no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga na jornada de trabalho e as dificuldades de conciliação com sua vida profissional, limitando sua inserção nesses espaços profissionais. Isso, certamente indicia a permanência das divisões constituídas no seio social, da oposição entre o masculino e o feminino, quando para a mulher é pensado o universo doméstico e para o homem o externo, do sujeito provedor (BORDIEU, 2010).

A entrevistada Danubia, 28 anos, residente na zona rural, agricultora, estudou até o ensino fundamental incompleto, casada, auto declarada branca e com cinco filhos, foi à única das entrevistadas que não realizei a entrevista no seu domicílio, por acaso, quando eu estava buscando informações sobre as entrevistadas junto ao setor de Cadastros Únicos para Programas Sociais, chegou Danubia para realizar atualização do seu cadastro. Na oportunidade, iniciei a entrevista, em meio à resposta sobre “O que você entende por família?”, Núbia se emociona e chora, possivelmente demonstrando o quanto é forte tratar sobre família, por atingir em algumas pessoas na emoção de cada um diante da sua convivência familiar. Tão forte é que Danubia reiterou por muitas vezes a palavra “base”, como citado antes. No que diz respeito a divisão do trabalho doméstico, respondeu que:

Ajuda, lava roupa, quando dá ajuda lavar roupa, lava o banheiro, ele me ajuda nas coisas de casa, apesar dele passar o dia fora, mas no momento que ele tá, no momento que dá pra ele **ajudar**, ele **ajuda**. Já veio no ensinamento, já veio desde pequeno assim de casa fazendo, então antes deu morar com ele, ele já lavava as roupa dele, então ele ainda continua, mesmo eu sendo casada né, que diz arrumar mulher,

mulher quem faz as coisas, tem aqueles homens que tem aquele sentido, mas ele me **ajuda**, então só em colocar uma água dento de casa, lavar um prato, pra mim já me **ajudou**, dá um baim no menino né (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

A entrevistada, assim como Solange, também reitera a palavra “ajuda” durante sua fala. Porém, Danubia sinaliza a construção cultural de gênero em uma possível relação de igualdade, na medida em que coloca que o seu companheiro a auxilia nas atividades domésticas porque “[...] Já veio no ensinamento, já veio desde pequeno [...]”, indicando que aconteceu uma possível formação de igualdade nas relações de gênero desde quando criança, o que remete a um processo educativo, em especial no próprio âmbito familiar. Isso recorda o que diz Louro (2008), no tocante à construção do ser homem e ser mulher serem processos que acontecem no âmbito da cultura, sendo o gênero construído em processos contínuos. A autora acrescenta “é um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igrejas, instituições legais e médicas, mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (LOURO, 2008, p. 18).

Agora, Carol, 26 anos de idade, estudante do curso técnico de enfermagem, com ensino fundamental incompleto, auto declarada de cor parda, com três filhos. É residente na zona urbana, a encontrei em casa por volta das 11:30 h/s, perguntou se a entrevista iria demorar, em meio ao som ligado, a correria no banho das crianças que iriam para escola, estava a se arrumar para também ir assistir aula, seu companheiro, padrasto das crianças estava trabalhando.

Quando a perguntei: “Nas atividades domésticas o companheiro ajuda? Por quê?”. Carol respondeu que: “**Ajuda**, porque ele gosta, não peço, ele mesmo vê e faz”. Sua resposta sinaliza um possível compartilhamento das atividades domésticas entre ela e seu companheiro. Contudo, a fala de Carol em um outro momento, quando interpelada sobre “Para você o que significa ser “homem”? Você se ver dessa forma? Por quê?”. Sua resposta conduz a pensar de outra maneira: “O homem eu acho que tem que ser um batalhador, assim trabalhar pra manter a família, **o papel dele né**. Não, eu acho que não, **não porque eu faço o papel acho que tem o dever da mulher né, já o meu esposo é outro, cumpri o dele**”.

É importante ressaltar que uma possível fluidez no gênero, quando, por exemplo, o homem auxilia nas atividades domésticas, é tolhida por uma sociedade ocidental que

historicamente indica uma lógica hegemônica binária de gênero e que reafirma práticas rotineiras de “encaixotar” os sujeitos.

Carol através desta sua fala possibilita afirmar uma possível permanência do discurso hegemônico de gênero, determinando de forma funcionalista que tem que haver: “[...] o dever da mulher né, já o meu esposo é outro, cumpri o dele”, de forma imutável, determinando as identidades para o feminino e masculino. Conceber os gêneros como se produzindo dentro de uma lógica binária, constrói uma ideia “singular” de masculinidade e feminilidade (LOURO, 1997).

Embora estas sejam falas que representam um predomínio nessas situações, com relativas nuances como as já demonstradas, foi possível encontrar também alguma dissonância, quando entrevistei Luana, de 29 anos, agricultora, ensino fundamental incompleto, em união estável, auto declarada negra e com duas filhas. Consegui achar a residência de Luana através da ex-técnica do Programa Bolsa Família, fui de carro, na direção minha amiga, pela manhã em meio ao calor do sol na zona rural, quando cheguei ao sítio da família. Luana que nos convidou a entrar estava bem à vontade, nos ofereceu um cafezinho com biscoito, quando chegou uma outra mulher a quem ela apresentou-me como sendo sua companheira. Luana tem uma vivência homoafetiva, sendo importante lembrar aqui que a Política de Assistência Social de 2004 contempla a inserção dos novos arranjos familiares, superando o enfoque das suas ações apenas direcionadas para o modelo de família nuclear (BRASIL, 2005a).

No caso, ao ser perguntada sobre a participação da sua companheira nas tarefas domésticas, disse Luana que:

Sim, tudo, tudo, é doméstica, de tudo, tudo aqui é compartilhado, tudo aqui é eu e ela, porque aqui com a gente não tem isso, aqui vai pra inchada é todo mundo, estou com uma obra aqui na cozinha, pode ir olhar ali, quem aterrou foi eu e ela, cada uma com uma carroça, isso aí de cima (apontando para o sítio) ó é a gente que limpa isso daí tudin (Luana, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

A família de Luana, tendo à frente um casal de mulheres, figura como única exceção entre os novos cadastros do PBF no período determinado para estudo, por ser um casal homoafetivo. Fiquei tentado a pensar que havia ali um caso em que operava-se uma desconstrução do binarismo de gênero, quando então atentei que tratava-se de duas

mulheres, de um mesmo gênero em relação, o que me faz pensar que, talvez, não por coincidência, por isso também figure como exceção entre as respostas que demarcam uma possível igualdade na distribuição de tarefas e funções do lar. Inclusive, reportando-se não apenas ao que seria os trabalhos mais corriqueiros, mas aqueles que culturalmente atribuem-se ao masculino, como “pegar na enxada”, “aterrar” a cozinha, etc.

Através dessa e de outras falas de Luana se tem a sinalização do possível rompimento da linearidade sexo-gênero-sexualidade, criticada por Butler (2010), o que pareceu ser novamente indicado quando perguntei a Luana: “Para você o que significa ser “mulher”? Ao que Luana responde que: “Ser mulher é gostar de mulher (risos), é isso aí”.

Inserida em uma sociedade que mantém suas relações culturalmente construídas sob o imperativo das diferenças sexuais e da heteronormatividade compulsória²¹, Luana indica uma possível fuga deste imperativo, desarticulando aspectos da lógica binária sexo-gênero, tendo a possibilidade da conversão da ideia de que “a ordem pode ser negada, desviada. A sequência desliza e escapa. Ela é desafiada e subvertida” (LOURO, 2004, p. 81), quando demonstra a possibilidade de desestabilização da construção cultural de masculinidade e feminilidade.

Durante a entrevista, Luana colocou que antes teve um relacionamento heteroafetivo, mas quando foi morar na cidade do São Paulo/SP, se sentiu “estranha”, “diferente”, lá se “descobriu”, foi lá que encontrou a companheira. Ao assumir essa transitoriedade em relação às vivências da sua sexualidade, pode ser percebido um possível rompimento do discurso hegemônico do gênero, no sentido da correspondência sexo-gênero-sexualidade. A travessia da nova “descoberta” feita por Luana, faz lembrar o que diz Stuart Hall (2005), de que a identidade em tempos pós-modernos é instável, composta por processos de continuidades, descontinuidades, não tendo uma linearidade identitária, o sujeito vivencia sua identidade de formas variadas em diferentes momentos.

Importante destacar que tanto na dinâmica de gênero, como na da sexualidade, as identidades, são sempre construídas, elas não são fixas, estagnadas em um determinado momento (LOURO, 1997), assim como possivelmente a de Luana, que

²¹ A heterossexualidade como padrão, inclusive para aqueles que exercem seus desejos sexuais com o mesmo sexo, ou seja, tudo que está fora dessa normatização é tido como anormal e é recusado (MISKOLCI, 2014).

teve uma relação heteroafetiva e hoje está em uma relação homoafetiva, contemplando o que posso chamar de “nomadismo sexual” ou “transitoriedade sexual”, na medida que existe a possibilidade de desafiar e subverter as construções de identidade sexual e de gênero. Dessa forma, se tem que:

Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 27).

Porém, buscando explorar melhor as representatividades culturalmente instituídas para os lugares de gênero na compreensão dessas mulheres, perguntei então também para Luana: “Para você o que significa ser “homem”? Você se ver dessa forma? Por quê?”, obtive a seguinte resposta:

Um homem tem que ser um, se for um pai de família, ele tem que ser um pai de família, se for um rapaz novo ele tem que trabalhar, tem que ajudar seus pais, tem que procurar ser uma pessoa de bem né, eu acho que é isso (Luana, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

A entrevistada ao mesmo tempo em que parece compor um modelo de ser “homem”, “pai de família”, “trabalhador”, proporcionalmente sinaliza se identificar também enquanto tal: “me vejo, porque eu e ela (companheira) na maioria das vezes fazemos coisas que tem homem que não faz entende, que não tem a coragem que ela e eu tem”. Usa a característica “coragem”, usualmente utilizada para compor a imagem masculina, ao inverso da feminina de “frágil”. Interessante que, se ao ser indagada sobre o significado de ser mulher remeteu Luana ao terreno da sexualidade, a pergunta relativa ao masculino não fez percurso semelhante, mas recorreu aos papéis sociais de convenção: “paternidade”, “trabalho”, “caráter”.

Luana sinaliza se rotular pelos estereótipos construídos socialmente para o masculino, em um exercício relacional persiste em criar rótulos, mesmo aos que “fogem” as normatizações construídas para os sujeitos.

As imagens sobre o masculino, entretanto, se mostram bastante complexas, quando contrastadas com a resposta de outras entrevistadas sobre o significado de ser homem. Solange, por exemplo, nos diz que ser homem é:

Ah é bom demais, ah é ótimo, **o homi não vai pari, o homi não vai lavar uma roupa, o homi num faz um almoço, é diferente de mulher né**, eu vou buta logo nesse sentido, porque eu queria era ser é homi (risos). Às vezes é, porque eu assumo as responsabilidade dele às vezes, é, tem que se virar nos trinta. O homi é mais centrado em não deixar faltar as coisa pro filho, pra família, **mas enquanto trabalho é mais que encarregado é a mulher** (Solange, 27 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

Para dizer o que o homem é, Solange parte de negativas, dizendo do que ele “não” precisa ou tem que fazer, e assim (re) afirma serem estas tarefas ou obrigações femininas. Mais uma vez, informa que o homem não está para as atividades domésticas, este trabalho da casa está sobre a responsabilidade da mulher, e lembra do papel provedor tradicionalmente atribuído ao masculino. Mas sua fala tem o tom da ironia e discorre, pois, na direção de demarcar o quanto é mais “encarregado”, no sentido de carregado, pesado, para as mulheres. Se contrastarmos com a fala anterior dela, sobre a divisão das tarefas, quando tenta justificar o porquê o marido não ajuda com as atividades do lar, dizendo ser ele um “pobi”, no sentido de já ter muito o que fazer, ficamos a pensar como nessa fala flagra-se uma situação inversa.

A ideia sobre o masculino também aparece de forma relacional quando indaguei sobre o que significava ser mulher para Danubia:

Aah significa muita coisa (nesse momento Danubia se emociona e chora), principalmente pra mim assim que eu sou, sempre butei na cabeça derde pequeno, derde quando sai da casa da minha mãe, administrar tudo, eu tenho meu esposo, **mas pra mim eu me sinto assim, a mulher e o homi, porque eu administro o dinheiro, eu administro as crianças**, então, ser mulher é tudo na vida, porque além disso você tem a ser mãe, então ser mulher é tudo. Me vejo, porque em primeiro lugar eu penso nos meus filho, tudo que eu faço eu penso neles (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

Aqui, os ditos “papéis” se entrelaçam na perspectiva da entrevistada. Ainda que recorra às representações binárias de gênero, ela se vê assumindo diferentes lugares, por

desempenhar diferentes funções. Danubia coloca-se no trânsito, administrando, como ela diz, o dinheiro e as crianças, que ocupam aí os lugares da representação dos espaços público (o provento que vem de fora do lar, ainda que relativo ao benefício recebido) e privado (as obrigações que relaciona, sobretudo, a maternidade). Mas, como no caso de Solange, embora não com um riso irônico, e sim com lágrimas emocionadas, Danubia também deixa ver o “peso” que recai sobre ela administrar todas essas funções. Um indício acredito, de que agregá-las não implica necessariamente numa ruptura com os modelos estabelecidos de gênero, mas um acúmulo de responsabilidades que também corrobora para desigualdades no âmbito da família e da sociedade.

Essas mesmas questões, no intuito de promover um diálogo e/ou contraste para melhor perceber a dinâmica de (re) construção dos lugares de gênero, fiz a homens titulares e beneficiários do PBF. Inicialmente destaco que todas as mulheres entrevistadas não trabalhavam fora do espaço doméstico, do lar, por sua vez, diferente dos homens, o que levou a inúmeras dificuldades para localizá-los em domicílio; Por fim, após várias tentativas, entrevistei em casa Isaque, Dante e George, os demais, Danilo e Pedro, entrevistei em local próximo ao seu trabalho.

Antes de partir para analisar as respostas dos entrevistados, faz-se importante refletir sobre esse dado. O fato de em sua totalidade as beneficiárias dessa amostra não exercerem atividade de trabalho fora do lar, lembra o que Heller (1972) afirma quando destaca que as mulheres, enquanto sujeitos históricos manifestam o enfrentamento por mudanças nas construções que a aprisionam na esfera privada e de subserviência em relação aos homens. A luta das mulheres, sobretudo na relação de dependência econômica, em meio às postulações que insistem afirmarem-se como naturais, torna-se presença constante na vida de parte das mulheres. Nesse sentido, para as mulheres conquistarem seus espaços em meio a uma conjuntura conservadora, resistente aos novos conceitos de gênero não tem constituído acesso fácil.

Corroborando com essa visão, o estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulado “Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas” demonstra que apesar das mulheres constituírem um universo de 45,4% da população ocupada, as mulheres ainda estão entre o maior número da população fora do mercado de trabalho (57,9%) (IBGE, 2012).

Diferentemente das beneficiárias, a dificuldade ao acesso aos beneficiários existiu por estarem majoritariamente inseridos no espaço público, no mercado de trabalho, apresentando apenas uma exceção, Isaque.

Ressalto inicialmente que de acordo com Parker (1991) para compreendermos as relações entre homens e mulheres, é através da linguagem que primeiramente as construções de masculinidade e feminilidade são acionadas.

Partindo desse enfoque, temos: Isaque, 29 anos de idade, agricultor, ensino fundamental incompleto, casado, auto declarado de cor parda, com seis filhos. Residente da zona rural, o encontrei através de uma das ex-técnicas de referência do PBF que me deu carona em seu carro, estava Isaque varrendo o terreiro das galinhas, parou para atender e convidou a entrar, após a minha apresentação enquanto estudante. Iniciada a entrevista, quando lhe perguntei: “O que você entende por família?”, respondeu:

Família ter uma qualidade de vida, mais como qualidade né, dá uma educação e **ter acima de tudo uma renda pra manter isso né, manter a família**, uma família sem uma renda destrói tudo. Família é a geração né de pai e mãe, de marido e mulher né, filho, é a geração (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

O entrevistado indicia uma concepção de família inicialmente vinculada à identidade de provedor da família: [...] ter acima de tudo uma renda pra manter isso né, manter a família [...], que por sua vez, pode ser que Isaque compreenda a masculinidade enquanto sujeito provedor da família, já que na sociedade ocidental “a masculinidade está vinculada à exigência de que o sujeito seja um provedor” (NOLASCO, 2001, p. 89).

Isaque assim como Elisângela, Solange, Danubia e Carol, sinaliza a permanência da construção binária de gênero e, em complemento, quando pergunto se: “Nas atividades domésticas a companheira ajuda? Por quê?”, diz

É, **caso necessário**, em questão que ela esteja em uma necessidade **eu ajudo** é claro né, **só quando ela tá em necessidade, tá doente, tá com algumas obrigações** então a gente pode **ajudar assim, sem problema**. Porque sempre às vezes eu não tô em casa, eu tô é agindo alguma coisa fora, aí sempre é mais difícil (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

Veja que, mesmo que propositadamente tenha mantido para os homens o mesmo sentido da pergunta feito para as mulheres, à resposta de Isaque inverte de imediato o sujeito. Ele já indica que o lugar da “ajuda”, do “complemento”, é o dele. Só quando sua

companheira indica “necessidade”, se está “doente”, ele atua nessa esfera. O entrevistado reifica em sua fala os lugares convencionais do homem e da mulher, reforçando que para a sua companheira estão às atividades domésticas, para ele o “mundo”, o espaço público. Reafirmando estes lugares, Isaque ao ser indagado sobre: “O que significa ser “mulher”? Você se ver dessa forma? Por quê?”, respondeu:

A mulher é uma base importante da casa, da família né, é quem orienta e quem instrui também, é a parceria né do homem né, tem que ter uma boa educação também né, é ter a parceria de uma **boa dona de casa, de uma companheira,** ter aquela pessoa que você quer conversar quando as coisa tá mal, quando tá indo bem, mulher é aquela base né **é uma promessa pra gente ter ela.** Tem que ter uma grande prioridade né, se eu não tiver um, **não ser um bom dono de casa, ser passivo em tudo,** ter comunicação com a mulher e com os filho, **aí de alguma forma vinha trazer um transtorno né,** é bom dos dois lados, tanto a esposa como o esposo né, aí tudo vai bem (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

Isaque possibilita aferir uma valorização feminina a partir de atributos e funções tradicionais ligadas à família e a casa: dona de casa, companheira, sempre demarcando o sentido de ser “boa” nessas funções, o que infere em imagens idealizadas do feminino. Também, traz o sentido religioso, como um destino a ser cumprido, o de uma vida destinada ao homem: uma “divina promessa para o homem”.

Por sua vez, Dante, tem 26 anos, estudou até ensino fundamental, mas não concluiu, trabalha na agricultura, casado, auto declarado de cor parada e pai de um filho. O encontrei com a inchada na mão trabalhando no roçado na frente da sua casa, em meio à plantação parou o trabalho e realizei a entrevista.

Dante conceituou família como: “Família é, família é tudo né, família é a vida do caba né, **mulher, filho, o cuidado**”, inferindo que família é a composição nuclear composta por pai-mãe-filho. Será que Dante possivelmente negaria a compreensão de família tendo outra composição que não seja a heteronormativa? O “cuidado” de que fala compõe sua identidade ou será legitimado pela oposição binário do gênero?

No momento que perguntei a Dante: “Para você o que significa ser “homem”? Você se ver dessa forma? Por quê?”, tive a seguinte resposta:

Rapaz, **cuidar da família**, essas coisa né, cuidar **dos filho** né. Me vejo, porque eu vivo assim né, **ajudo a família**, essas coisa, o filho, a mulher. **Você é livre pra ser homem ou ser mulher**, cada um faz o que quer né, escolher o que quer ser né, nada contra isso, normal (Dante, 24 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

Dante indica a possibilidade do deslocamento da responsabilização do “cuidar” da família, dos filhos “naturalmente” construído apenas para a mulher, quando diz que ser “homem” é “cuidar da família... dos filho”. Contudo, Dante também diz que “ajudo a família”, esse “ajudo” será que é compreendido enquanto parte também do seu trabalho ou apenas para a sua companheira, na medida em que “ajudo” remete a auxiliar a quem de fato é de “obrigação” executar?

Em contrapartida, Dante sinaliza uma possível não biologização do ser “mulher” ou “homem”, quando diz que: “você é livre pra ser homem ou ser mulher”, percebe-se que as fronteiras de gênero parecem se misturar, diante das múltiplas formas possíveis no processo de construção da identidade.

Nessa mesma perspectiva, Dante parece estar mantendo uma relação de igualdade de gênero, com indício de que a sua companheira não é localizada em situação de submissão. Sobre as atividades domésticas, coloca-se numa posição de prontidão para colaborar:

Sempre **quando eu posso eu ajudo**, quando eu não tô trabalhano, tô em casa eu **ajudo**. Aaah eu acho certo né, a mulher tá fazendo muitas coisa **o caba tá sem fazer nada vai ali dá uma ajuda**, uma coisa né. Esses caba que não **ajuda** quer ser machista demais né, acha que porque tá **ajudano** não vai ser mais homi né (Dante, 24 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

Nessa fala, como na de Isaque, é possível ver que há uma confluência entre as respostas de mulheres e homens. O sentido da participação nas tarefas domésticas é confirmado no sentido da “necessidade”, e de uma brecha no seu cotidiano, quando o homem não está fora de casa. Vê-se que os construtos perpassam e são (re)elaborados constantemente, por ambos, homens e mulheres. De acordo com Louro (1997), tratam-se os sujeitos em suas múltiplas contingências:

Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante versus mulher dominada” (LOURO, 1997, p. 33).

Nesse sentido, Dante possibilita quando diz que: “[...] Esses caba que não ajuda quer ser machista demais né [...]”, sinaliza que a masculinidade, tendo o machismo enquanto um dos seus estereótipos é uma construção cultural, ideológica, passível de alterações. Isso faz lembrar, como afirma Badinter (1993, p.27), que o homem não tem uma essência masculina, ou seja, “a masculinidade não é uma essência, mas uma ideologia que tende a justificar a dominação masculina”, logo, se a masculinidade é construída, pode ser desconstruída, modificada. Não existe uma masculinidade universal, homogênea em todos os espaços, mas que se difere no tempo, classe social e com a idade do homem.

Seguindo, obtive a seguinte resposta quando perguntei para Dante, se participa do cumprimento das condicionalidades do PBF: “Divido, pra num ficar pesado só pra um né, um resolve uma coisa, ôto resolve ôta, essas coisa né, um ajuda o outro ne, compartilha um ajudano o ôto” (“ôto”, “ôta”, corresponde respectivamente a: “outro”, “outra”).

A fala do entrevistado sinaliza compartilhar o cumprimento das condicionalidades do PBF com sua companheira: “compartilha um ajudano o ôto”. Esta fala entra em consonância com o que coloca Albuquerque Júnior (2003, p.34) afirma ser possível visualizar a ruptura das hierarquizações de gênero, a partir do momento em que discursos definem as hierarquias de sexo, as transformações trazidas para a organização da família, desarticula os lugares postos para homens e mulheres na sociedade.

Dante parece não afirmar o essencialismo biológico existente no PBF, na medida que o Programa direciona suas ações majoritariamente para as mulheres, por ser titular e beneficiário indica realizar o compartilhamento dos cumprimentos das condicionalidades com sua companheira, possivelmente não compreendendo estas apenas como obrigação legítima das mulheres, pela sua vinculação “naturalizada” ao lar, aos cuidados com a família.

Durante o percurso do meu trabalho, encontrei também George, com 22 anos de idade, estudou até ensino fundamental, mas não concluiu, auto declarado de cor parda,

casado e com um filho. Também com o auxílio da ex-técnica de referência do PBF, indo de carro, encontrei George no sítio que reside com a família, estava presente esposa, sogros e amigos, o que pode ter influenciado nas suas respostas durante a entrevista. De forma bem tímida a entrevista foi iniciada com: “O que você entende por família?”, respondeu: “Bom né, **ajuda muito a eu né**, sei lá”.

George sinaliza a construção funcional de família, logo, trazendo uma possível vivência funcional também nas relações de gênero, também cita a palavra “ajuda”. Será que a incitação da palavra “ajuda” é sempre colocada no sentido funcional para família e mulher? Até que ponto a “ajuda” constitui uma possível fluidez do gênero?

De acordo com Szymanski (2004), uma família funcional é uma atividade complexa de explicar, condicionada tanto pelas implicações teóricas e metodológicas, como também ideológicas e socioculturais. Compreendendo como funcionais aquelas que proporcionam as condições necessárias para seus membros alcançarem os seus objetivos.

George quando perguntei: “Nas atividades domésticas o companheiro (a) ajuda? Por quê?”, respondeu: “**Ajudo** né, eu gosto de **ajuda**. Porque eu quero, **ajudo** ela, pra ficar com menos **trabalho**, termina mais ligero”, também repete a palavra “ajuda” em sua fala e indica compreender que trabalho doméstico, também é trabalho, mas parece compartilhar destas atividades com sua companheira para “termina mais ligero”!

No momento que o perguntei: “Para você o que significa ser “mulher”? Você se ver dessa forma? Por quê?”, obtive a seguinte resposta: “Companheira, atitude, **ser mais mulhe, uma dona de casa boa, ajuda em tudo dentro de casa. Ajudo** também dentro de casa, porque **ajudo também dentro de casa**”, veja que o entrevistado por vezes reinterpreta a palavra “ajuda” e que sinaliza construir uma identidade fixa, imutável para o ser “mulher” que está talvez diretamente ligada as atividades domésticas, mulher é uma “dona de casa boa”, faz tudo dentro de casa e que também se identifica enquanto “mulher”, porque “ajudo também dentro de casa”.

Como se a identidade da mulher fosse biologicamente determinada para o lar, tão fortemente apresentado que se diz colocar como tal, por também exercer a atividade que é para “mulher”. A feminilização do corpo feminino “determinam uma somatização da relação de dominação, assim naturalizada (BORDIEU, 2010, p. 70).

Para Bordieu (2010, p. 71), o mundo sexualmente hierarquizado cria “apelos à ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescrições e proscricões

arbitrárias que inscritas na ordem das coisas, imprimem-se invisivelmente na ordem dos corpos”.

Agora Danilo, segui no carro da ex-técnica de referência do Programa Bolsa Família para o sítio que reside com sua família, mas quando cheguei lá, sua mãe me informou que ele estaria trabalhando em Campina Grande/PB como estoquista provisório em uma loja de tear, na mesma hora telefonou para ele perguntando se eu poderia ir realizar essa entrevista no seu local de trabalho, porque ele sai de casa às seis da manhã para trabalhar e só chega à noite. Danilo informou que eu poderia ir, esperei na Rodoviária Velha, local que fica a loja que trabalha, muito atencioso, expliquei para ele que a minha pesquisa era para dissertação do mestrado, ele pediu só para esperar dá o horário do almoço, 12:00 h/s, para poder conversar comigo. Danilo tem 23 anos de idade, tem ensino médio completo, casado, auto declarado branco e com uma filha.

Inicialmente também o perguntei sua concepção de família, Danilo respondeu que: “Eu com a minha mãe, meu pai, minha filha, minha esposa”, sinalizando que sua compreensão de família pode ser a composição instituída pelo processo cultural hegemônico de família nuclear, na proporção em que situa os sujeitos integrantes da composição familiar, mas expondo como referência a sua família.

Buscando se aproximar do que pode ser a sua visão de gênero, perguntei: “Nas atividades domésticas o companheiro (a) ajuda? Por quê?”, Danilo respondeu que **“ajudo, porque assim é necessário, eu tenho que ajuda, só o fato dela ser mulher a obrigação é dela, não”**.

O entrevistado, também repete a palavra “ajuda”, mas possibilita trazer uma ideia de dever nas atividades domésticas quando diz: “eu tenho que ajuda”, podendo ser que tenha uma compreensão diferente da que sinaliza Isaque, Dante e George quando situam “ajuda” na relação com a companheira.

Louro (2010) nega a imutabilidade do gênero, considerando a ideia de multiplicidade instaurada pelo mudo pós-moderno, tendo o gênero enquanto constructo cultural, uma vez que pensar o gênero enquanto fixo, a-histórico e binário, irá impor limites a sua concepção. Nesse sentido, os sujeitos que transgridam as normas serão situados à margem, como uma “minoría” diante de um discurso hegemônico de gênero alicerçado no binarismo.

Para Danilo ser “homem”: **“é é homi da casa, é o que tem que trabalhar pra dá o sustento a sua família, ter responsabilidade, de assumir”**. Se percebendo dessa forma: “sim, porque vivo dessa forma”. O entrevistado parece situar um estereótipo

tradicionalmente atribuído ao sexo masculino, de provedor da família, trazendo uma possível ideia de que enquanto provedor do lar, estar para o espaço público. Dessa forma, possibilita sinalizar compreender que possa existir uma construção de identidade determinada para o masculino e feminino.

Enquanto provedor do lar, qual será o momento que Danilo compartilha as atividades domésticas com sua companheira?

Em um momento Danilo indicia ajudar sua companheira nas atividades domésticas e em outro se coloca enquanto provedor da família.

Danilo possibilita relacionar a ideia condicionante da identidade de “homem” de casa com provedor do sustento familiar. Qual o motivo de não relacionar a mulher “dona de casa” como provedora do lar? A mulher não estaria também para ocupar um espaço no mercado de trabalho, estaria talvez apenas para o “varrer” a casa, cuidar dos filhos, cozinhar?

Sobre o cumprimento das condicionalidades, que discutirei mais a frente sua relação com a maternidade, mas que neste momento se faz necessário também ser colocada, Danilo respondeu: “Sim. É porque ali é os dois, o pai e a mãe é que tem que cuidar e levar a minina sempre”. Através desta fala, Danilo traz indícios de não centralizar o cumprimento das condicionalidades na sua companheira, enquanto titular do PBF compartilha com a companheira a execução das condicionalidades.

Possa ser que Danilo se contraponha a lógica dualista masculino-feminino, “pai e a mãe é que tem que cuidar”, entrando em concordância com o que afirma Louro (1997, p. 33) “o processo desconstrutivo permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções”. É necessário concebermos que existem múltiplas identidades e não apenas o “aprisionamento” aparentemente inexorável, “natural” e fixo para cada gênero, o sujeito “estar” e não “é”. Endossando, Louro (2004):

Portanto, antes de pretender, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados”, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e de sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente (LOURO, 2004, p. 80).

Em outro momento fui à busca de entrevistar Pedro, na residência indicada no Cadastro Único, só encontrei sua genitora e seu filho, informou que estava cuidando do neto, porque ele estava doente, que seu filho tem casa também em Campina Grande/PB, cidade que trabalha no Lava Jato. Fui três vezes à residência da família localizada na zona urbana de Lagoa Seca/PB, mas não conseguia encontrar Pedro. Com isso, sua genitora informou o número telefônico dele, telefonei e marcamos um encontro em um local mais próximo do seu trabalho, Terminal de Integração de Campina Grande/PB, na frente da saída do Terminal realizei a entrevista.

Pedro se disse ser uma pessoa com deficiência física, estava usando muleta para se locomover, disse ter sofrido acidente de trabalho, mas que não recebe Benefício através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porque foi negado, justificando a instituição que ele tem capacidade para o trabalho. Ele tem 23 anos de idade, com ensino fundamental completo, auto declarado pardo e com dois filhos.

Indiciando ter uma concepção de família diferente do viés religioso perpassado na resposta de Isaque, Pedro respondeu:

Rapaz, família pra mim é tudo, família pra mim, a família pra mim, vamo supor, tô até nervoso sabe, família pra mim é eu como pai que eu **entendo** né, que eu sou pai de família, ter um bom lar, **a gente educar os filho, tá entendeno**, é é vamo supor, colocar as coisa no lugar e cuidar bem da família e assim **tá entendeno**, é a única logica que eu entendo de família, como eu sou pai eu me boto nisso, **cuidar dos filho, educar, dá saúde, tá entendeno** e é isso (Pedro, 23 anos, Lagoa Seca, 28 Abr. 2016).

O entrevistado usa uma retórica que parece querer me convencer de algo, de que está falando a “verdade”, ao constantemente repetir a frase “tá entendeno”. Pedro indicia desarticular o binarismo de gênero quando afirma que família: “[...] eu sou pai de família, ter um bom lar, a gente educar os filho, [...] cuidar bem da família e assim tá entendeno, é a única lógica que eu entendo de família, como eu sou pai eu me boto nisso, cuidar dos filho, educar, dá saúde [...], Pedro sinaliza participar no cuidar da família, dos filhos, oferecer educação, não apenas reafirmando o tradicional lugar colocado para as mulheres.

Dessa forma, para Louro (2004), mesmo que existam regras, estratégias e técnicas discursivas sobre os corpos, haverão aqueles que subvertem, transgridem os arranjos e regras. Os próprios sujeitos são partícipes na construção do gênero.

Quando perguntei para Pedro: “Nas atividades domésticas o companheiro (a) ajuda? Por quê?”, respondeu:

É, lá em casa é o seguinte, lá em casa é eu lavo a roupa e faço o almoço, a janta e o café e ela lava a louça, varre a casa e cuida da criança, da minina. Porque eu gosto de ajuda sabe, eu gosto de de ajuda minha esposa, que é a minha companheira, porque assim, através dela, eu me espelho através dela, porque ela é uma guerreira e eu gosto de **ajuda** ela, porque eu não num tenho o que reclamar, porque o serviço é esse, porque tem homi que é muito exigente, **o certo é o homi deixar sua a mulher ser escrava não**, o certo é o homi **colaborar** com a mulhe, **tá entendeno** (Pedro, 23 anos, Lagoa Seca, 28 Abr. 2016).

Pedro também repete a palavra “ajuda”, “colaborar” no que diz respeito às atividades domésticas, mas coloca que possivelmente atrelado ao aspecto biológico, não é por ser do sexo feminino que é dever da mulher apenas as atividades domésticas.

O entrevistado parece ser muito complacente no compartilhamento das atividades domésticas com a sua companheira. Será que não há motivação para agir dessa forma? E mais uma vez Pedro cita a palavra “entendeno”, como se quisesse a todo o momento confirmar algo, me convencer de que fala “a verdade”.

Pode-se colocar diante das análises das falas aqui apresentadas, mediante o diálogo e/ou contraste entre as beneficiárias (os) titulares do PBF, a forma que se expressa às relações de gênero, como se constrói os lugares da masculinidade e feminilidade, entendendo estas construções enquanto processos transitórios, permeados por determinações binárias ou por desestabilizações do discurso hegemônico de gênero e de como o sujeito estar em permanente “devir”.

Seguindo as análises, buscarei identificar no próximo tópico como a maternidade é concebida pelas beneficiárias (os) do Programa Bolsa Família, situando em qual perspectiva de gênero se encontram e se há possibilidade de alguma interferência do PBF.

2.2 Maternidade e o cumprimento das condicionalidades entre as beneficiários(os) do Programa Bolsa Família

A proposta com este tópico é expor o processo de construção da maternidade entre as/os beneficiárias (os) do PBF, na medida em que este Programa produz nas condicionalidades construções “naturalizadas” para as mulheres/mães, embora possa também constituir mecanismos de desvinculação das mulheres ao espaço privado. De acordo com Molyneux (2006) e Quijano (2009) os programas de transferência de renda condicionada têm retraditionalizado as identidades de gênero e suas funções associadas à maternidade. Com isso, identificarei o nível de envolvimento com as condicionalidades do programa entre homens e mulheres das famílias beneficiárias e os rebatimentos para as relações de gênero.

Nesse sentido, procuro analisar os discursos produzidos pelas beneficiárias e beneficiários do PBF fazendo a relação das respostas das perguntas: “O seu companheiro (a) participa do cumprimento das condicionalidades do PBF? Por quê?”, mas em especial, inicialmente com as respostas da pergunta: “O que você compreende sobre maternidade?”:

Elisângela colocou que “É cuidar, dar carinho, ser responsável também”. A entrevistada indicia que ser mãe está ligado ao cuidar, dar carinho, estereótipos construídos para as mulheres, que endossam o ser “frágil”, do “lar”, uma possível construção materna vinculada ao socialmente estabelecido enquanto identidade materna do cuidar e ser carinhosa com seus filhos, logo, reforçando a naturalização enquanto essência feminina. Outras falas também acrescentam uma ideia similar à mesma questão:

Pra mim é tudo, tudo que eu queria eu sou hoje, **feliz ao ponto que eu tive eles** (Carol, 26 anos, Lagoa Seca, 14 Abr. 2016).

Ai maternidade é você deixa de ser você e é outro ser em sua vida, então como eu já disse, você deixa de pensar em você, então no momento que você é mãe, que você descobre ah tô grávida, é **um pensamento muito forte que você vai ter outro ser ali pra você cuidar, então você pensar no lugar não eu vou comprar isso pra mim, não eu vou comprar isso pra ele**, porque ele é um ser que você butou ao mundo, então você tem que cuidar, dá um ensinamento bom e primeiro lugar aconselhar pro caminho certo (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

Mãe eu acho assim, que é uma coisa boa né, a vida da pessoa muda, **cuida da filha, dá carinho, ajuda né** (George, 22 anos, Lagoa Seca, 18 Abr. 2016).

Mulher é uma mãe de família, só que junto com o homi, aspecto de amor, amizade, tudo tem haver né e **ela é portadora de criança**, porque é o seguinte, mulher não é só pra ter o minino, é a companhia, na necessidade, é tudo, é a companheira. **É, porque ajo da mesma forma que ela** (Danilo, 23 anos, Lagoa Seca, 20 Abr. 2016).

Aqui se vê um sentido existencial conferido à maternidade para essas mulheres. Mas, tanto aparece como uma total realização de vida como uma anulação de si e uma vida em detrimento dos seus filhos, seria como se o “natural” ou pelo menos o esperado é que estivessem em todas as mulheres o amor e o cuidado materno, priorizando o filho em detrimento de outros desejos. Implica também a responsabilidade que seria inerente a condição materna.

Como se vê, parece haver uma vinculação da maternidade com a responsabilização com os filhos e uma suposta isenção da paternidade no cuidar, a possível anulação do sujeito individual frente ao “materno”, que reproduz e cuida. Como definição do homem e da mulher, como sujeito de gênero, significa ter deveres que são demarcados, nomeados e classificados em distintas culturas (LOURO, 2004).

Elizabeth Badinter (1993) chama de “teoria do instinto materno”, a concepção de que a mulher, biologicamente determinada para tornar-se mãe, também o é para cuidar da criança. Ao sustentar essa ligação exclusiva entre mãe e criança, enquanto uma predisposição natural reforça-se a simbiose entre mãe e filho e legitima-se a exclusão paterna desse processo.

Para Badinter (1980), contrariamente às ideologias dominantes, o amor materno não se encontra inscrito na natureza feminina. Verifica-se que o interesse no cuidar da criança pode se manifestar ou não, depende da história pessoal de cada mulher, do seu desejo de ter um filho, da relação com o pai, de como se deu o processo da gravidez, ou seja, dos fatores sociais e culturais que permeiam a maternidade. A autora contesta o mito do amor materno enquanto essência. Não acredita na existência universal do amor em todas as mulheres, logo, não existindo uma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, para a autora, o amor materno é moldado pela variabilidade da cultura, dos sentimentos, dos desejos e não inerente às mulheres. A ordem dominante rege que

não amar um filho é um crime inexplicável (BADINTER, 1985). Também para Chodorow (1990), a identidade da mulher enquanto cuidadora dos filhos tornou-se mais exclusivo, do que propriamente a determinação biológica da maternidade.

Também, de acordo com Jesus Correia (1998) a maternidade corresponde a uma vivência demarcada em determinado contexto sócio-histórico, dependendo não apenas das características individuais de cada mulher, mas também do seu enquadramento social e histórico, não sendo dessa forma um acontecimento biológico.

Esses sentidos aparecem em muitas das falas das (os) nossos entrevistadas (os) e ganham maior reforço na fala dos homens, como nas de Isaque:

Ah muito importante pra nação, pra criação, pra formação né, uma mulher ela sendo mãe, **é claro que como mãe ela é a ajudadora, genitora**, ela é tudo né, uma mãe é muito importante no papel de um filho né, quando ela age como mãe mesmo, claro (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

Como se pode observar Isaque sinaliza em sua fala uma concepção de maternidade como inata, necessidade essencial da mulher/mãe e não apenas para ela, mas para a nação/Estado, uma mãe enquanto base submissa do homem, mulher reprodutora e que exerce também fundamental importância nos cuidados com seus filhos. A mulher/mãe que age como “boa mãe”, exercendo de forma normativa sua condição de submissão, de reprodução social e cuidados dos filhos.

Ao lembrar essa relação maternidade/nação, a fala de Isaque nos remete ao sentido da biopolítica, como uma tecnologia do poder cujo objetivo é controlar, governar, normatizar o fortalecimento do controle social sobre os corpos, com base no conhecimento dos dados da saúde, religião, higiene, sexualidade, dentre outros (FOUCAULT, 2010). Uma boa mãe torna-se, dentro dessa lógica, um agente desse controle, participando do processo de educação e controle dos filhos, que são “filhos” também da nação.

Articulado aos interesses do Estado reforçasse a ideia das mulheres se ocuparem com os filhos. Tal discurso baseia-se em que só a mulher é capaz de gestar, sendo assim concernente a “natureza feminina” os cuidados com os filhos (MOURA e ARAÚJO, 2004).

Porém, já falas como o Pedro, ainda que reforcem lugares essencialista, parecem bagunçar um pouco as coisas:

Rapaz, ser mãe meu amigo, a pessoa ser mãe meu amigo, mãe é a num ser que você já, assim **mãe é, a maternidade, mãe é ter paciência né**, na hora que ter um filho, vamos supor que num seja a pergunta localizada a minha resposta, mais é ter **paciência**, na hora de ter a criança, meu amigo ó, tem que ter muita **paciência**, ter que ter muito esforço e ser **dedicada** né, porque né toda mãe que quer ser mãe, porque tem mãe que eu vou ser mãe, mãe naquela hora, mai por trais abandona o filho, num quer saber de marido, de nada, quer viver porque tem muita mãe que quer viver assim num, num (Pedro, 23 anos, Lagoa Seca, 28 Abr. 2016) (“mai”, “trais”, corresponde respectivamente a: “mas” e “atrás”).

Para Pedro, como se vê acima, há mães e mães, ou sejam, nem todas as mulheres parecem ao seu ver preparadas para tal e da melhor maneira desempenharão seus “papéis” maternos, para ele centrados em posturas de paciência e dedicação. Ele aponta numa direção do “querer ser mãe” como um elemento importante para que depois não ocorram abandonos, nem do papel de mãe, nem de esposa, que aí parecem colados. Uma ideia parecida também coloca Dante:

Rapaz eu acho que tem que **ser responsável** né, porque tem mãe que tá aí que **é irresponsável né, tem os filho, abandona**, essas coisa né. **Tem que ser mãe se ela quiser né, a escolha é dela né** (Dante, 24 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

O entrevistado indica relacionar a característica “responsável” para a mulher/mãe, que tem o dever de cuidar dos filhos, quando diz que “[...] é irresponsável né, tem os filho, abandona [...]”. Vieira (2002) afirma que por ter o feminino tido como essencialmente maternal e reprodutivo, surge à imagem da mãe “desnaturada” as que fogem a norma. Porém, ainda na sua resposta, parece sinalizar uma certa liberdade da mulher, que teria o poder de decidir sobre o seu corpo, se deseja ter filhos ou não: “[...] tem que ser mãe se ela quiser né, a escolha é dela né”.

Ainda que um pouco escorregadias, as impressões de Pedro falam de deslocamentos possíveis da ideia da maternidade como algo próprio e natural a todas as mulheres. O que ressoa também em falas como a de Luana, ao ser perguntada sobre o significado de ser mãe:

É sofrer no paraíso, quando você dá **a sorte de ter filhos bons né**, você dá uma boa educação, muitas vezes eles se desviam né e muitas vezes já nasce com aquela inclinação pra dá pro que não presta, eu acredito muito nisso né, mas é só sofrer, a maioria das vezes nós mães **só sofremos né. Se fosse pra ter filho hoje eu não queria tá entendendo, porque não era aquilo que você buscava, não queria ter passado pelo que já passei de engravidar**, mas também não me arrependo de ter tido minhas filhas não sabe, embora tenha uma que me dê muito trabalho, **fosse hoje teria adotado**. Imaturidade minha, não pensava, era muito nova também, muito danada entende, então, sentia algo diferente, não sei como era, acho que o corpo, depois que eu tive minhas filhas, que eu fui embora pra o Rio, aí foi lá que eu mim soltei (Luana, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

Luana ao falar de adoção, sinaliza se contradizer no aspecto da inclinação para ter filhos, na medida que possibilita negar a vinculação da maternidade “inata” para as mulheres, acrescenta indiciando que a maternidade possa ser vivida independente do imperativo biológico.

Falas como a de Luana vão ao encontro das de Solange, problematizando essa desnaturalização do desejo e “inclinação” natural das mulheres para a maternidade e, mais uma vez, salientando as dificuldades cotidianas e nas diferentes fases da vida em ser mãe e mesmo visualizando outras possibilidades de vivência, que colocam em confronto filhos e liberdade individual:

Nossa é muito difícil, como é difícil, se eu soubesse que era tão difícil (risos), é muito difícil, quando tá piquininin não, nem ter não, **a alegria de você ver a cara de seu filho**, mais quando o povo diz é uma maravilha passar nove meses com a barriga crescendo e depois ter, tá, sei nem explicar a sensação, **é difícil, é difícil, porque educação é muito difícil. A mulher ela é pra ser o que ela quiser como diz o ditado, ela tanto pode ser mãe, como não pode ser, ela é mulher**, ela hoje em dia a gente tamo no século 21, ela pode ser independente, não ter filho, namorar e voltar pra casa, ter a liberdade dela (Solange, 27 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016) (“tamo”, corresponde a: “estamos”).

Perguntei também para Solange se desejaria ter mais filhos? Por quê? No que a resposta parece complementar seu olhar na fala anterior:

Não (risos), não, porque dá muito trabalho, muito gasto e aí bolsa família num cobre essa gasto né, muito pouco pra gente tá butano filho no mundo por mixaria, vamu buta assim né, mixaria, muito pouco dinheiro, fosse muito dinheiro tá eu butava mil no mundo, de cada minino eu recebesse cem reais digaí, eu com dez eu já tinha mil, mas num tem né, é muito pouco, num compensa não. Uma ilusão, acho que é coisa que o povo coloca na cabeça, num existe isso, **tem filho quem quer**, como eu te falei dá outra vez, essas mulheres que não tem nada a perder na vida, num tem amor próprio né vamu se buta assim né, **num tem amor próprio, porque eu pelo menos eu tenho amor próprio viu (risos)** (Solange, 27 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

O que Solange diz vai de encontro a estigmas e preconceitos por parte de muitos que criticam o PBF, considerando-o um estimulador da natalidade entre pessoas pobres, que se “acomodariam”, a tal situação para receberem o benefício, deixando de desejarem ou fazerem por onde inserir-se no mercado de trabalho. Visões que alimentam os estereótipos de “vagabundos” e que o PBF só serve para “terem mais filhos”. Ela aciona de pronto a relação entre a pergunta e o benefício, parece-me uma reação imediata a essa “crença” que relaciona o PBF ao incentivo a aumento de filhos.

Será que agora as mulheres possuem o poder de decidirem sobre serem mães ou não constituindo o gesto de libertação de estarem condicionadas a manutenção da espécie ou apenas estão respondendo a outras exigências sociais que demandam para elas outras posturas diante da realidade social? Seja como for, a entrevistada não só problematiza a maternidade, como vincula a ideia de autoestima, de que a mulher que “num tem amor próprio” seria a que buscaria ter mais filhos. E, de quebra, ironiza com a situação, dado o pouco que representa financeiramente o recurso recebido por filho (a) através do Programa.

Mas também chama a atenção a ideia recorrente de esforço, trabalho e dificuldades que cercam a maternidade. O sentido da sobrecarga de demandas sobre o feminino, mesmo quando não estamos tratando de situações em que as mulheres estão também no mercado de trabalho, aparece fortemente nas falas delas. Logo, faz-se importante saber se essas mulheres dividem ou não com seus companheiros (as) as exigências do cumprimento das condicionalidades do PBF.

No momento que perguntei para Elisângela se: “O seu companheiro (a) participa do cumprimento das condicionalidades do PBF? Por quê?”, obtive a seguinte resposta: “**Não, só eu, tudo é só eu. Ele (marido) diz que é por causa do trabalho,**

chega cansado, num sei o que, a desculpa dele é isso [...]”, esta sua fala possibilita haver uma exclusão do seu companheiro no cumprimento das condicionalidades, que seja levar os filhos na escola ou acompanhamento da saúde em Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) de referência da família para realização do pré-natal e acompanhamento nutricional, quando afirma que apenas ela cumpre os condicionantes do PBF, reforçando a identidade maternal para a mulher, separando o trabalho doméstico do privado, quando o marido a justifica que não cumpre as condicionalidades porque trabalha. Parece conter certo ceticismo, encarando também como desculpa, quando Elisângela diz que a justificativa do seu companheiro “é por causa do trabalho”. Algo semelhante nos diz Solange:

Não, eu levo, é tudo comigo, porque ele tá trabalhano e muitas vezes eu tô em casa direto, como eu trabalho em casa, **eu vivo mais eu em casa**, eu vô quando eu não vô o meu filho mais velho vai deixa os dois (Solange, 27 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

Como já discorrido em item anterior, reforça-se a visão de que trabalho doméstico não é trabalho, lavar passar ferro em roupa, cozinhar, todo o dispêndio físico, não seria trabalho. O significado social do trabalho doméstico é constituído enquanto parte estruturante do desenvolvimento de uma família e essencialmente relacionado, condicionado para as mulheres, agregado, portanto, à função também materna.

Em outra pergunta, Elisângela sinaliza que possa haver centralidade do PBF na mulher, por parecer que apenas ela realiza as condicionalidades do programa: “O que você acha do cumprimento das condicionalidades? Como você se sente tendo que cumprir essas exigências? Aumenta seu trabalho?”, tive a seguinte resposta: “É o certo, é, pra saber como é que tá, não adianta tá tirando o benefício e você não tá fazendo responsabilidade não. Não, sinto bem, **é normal né. Aumenta, dificulta né, porque tem que levar os dois junto**”.

Será que para Elisângela é “normal” esse processo de naturalização da maternidade concebida pelo PBF ou é “normal” por ser exigência própria do programa que deve ser cumprida? Sinalizado nos seus próprios documentos normativos, o PBF, apresenta um forte viés familista, por ter como um dos seus pilares básicos a família, leia-se, as mulheres, na realização das suas condicionalidades (TEIXEIRA, 2010).

Pergunto então a Luana: “O seu companheiro (a) participa do cumprimento das condicionalidades do PBF? Por quê?”, respondeu:

Não, só eu que usufruo né e minha filha, fica a critério mais **da minha filha**, os filho são dela, então ela quem, eles tão no meu cadastro, **ela quem leva**, porque a minha neta vai para creche todos os dias né e o minininho ainda não tá indo pra creche, muito pequenininho ainda, mas ela dá as vacina direitinho, inclusive a do minino tem quatro vacina atrasada, mas porque ele teve doente e toma antibiótico, aí não pode né tomar as vacina, **no meu cadastro sou eu, meus dois netos, a outra minha filha, ela (aponta para companheira) é no meu cadastro** (Luana, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

A entrevistada parece se contrapor ao processo de naturalização da maternidade, assim como do cumprimento das condicionalidades, logo, indicia que talvez o PBF não tradicionaliza as identidades de gênero no seu seio familiar, na medida em que possa haver as desarticulações das suas exigências normativas. É importante acrescentar que a família de Luana visualizado no Cadastro Único e apresentada durante a entrevista está composta pela mesma enquanto titular e beneficiária, sua companheira, suas filhas e seus netos, distribuídos em duas casas uma vizinha da outra.

Danubia e Carol seriam os casos em que de algum modo às exigências do cumprimento às condicionalidades apareceriam divididas com os homens:

Ele **ajuda** assim, vai pruma reunião na escola **quando ele pode, que ele trabalha**, ele sai de duas horas da manhã, como ele **trabalha num serviço pesado** e chega sempre, então a reunião as vezes quem participa mais sou eu, mas ele **ajuda** em escola as vezes assim tarefas pra saber, ensinar nas tarefas sabe, como ele sabe mais coisa de que eu, como eu só fiz até a quinta, ele ensina mais nesses caso assim, e sobre o negócio, sempre leva pra vacinar junto comigo, então ele ajuda nessa forma assim. Não, porque sempre ele é que nem eu em relação a ter os cuidado com os filho, que aí eu falo também, vamos mais eu que eu tenho **os menino pra levar e eu não levo só** (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

Leva comigo, leva (as crianças na escola), porque ele té me **ajuda**, quando eu vou dá banho ele veste a roupa norminino, aproveita que às vezes de manhã aqui é uma correria, aí ele me **ajuda, contribui** né, não como um pai, mas ele considera como se fosse pai deles né (Carol, 26 anos, Lagoa Seca, 14 Abr. 2016).

Como Elizângela e Solange, Danubia também justifica a ausência do seu companheiro no cumprimento das condicionalidades, porque “ele trabalha num serviço pesado”. Mas, será que cuidar dos filhos e das atividades domésticas não é trabalho pesado? Beirão e Perucchi (2007) evidencia a responsabilidade exclusiva das mulheres no espaço doméstico e nos cuidados dos filhos. Não podemos negar a influência que as construções sociais de gênero têm sobre a sociedade, especialmente para o feminino como responsável pelo espaço doméstico e dos filhos. Carol repete em sua fala a palavra “ajuda”, como também cita “contribui”, parece conceber as atribuições das condicionalidades do PBF para sua competência e não do seu companheiro, podendo dessa forma haver uma intensificação da vinculação materna do programa com o feminino.

Quando perguntei para Danubia: “Você deseja ter mais filhos?”, que por contracepção, passou por procedimento de “ligação” tubária para não engravidar, talvez por decisão própria, pela dificuldade de “educar” e por já ter cinco filhos. Indicia informar que o PBF não incentiva as mulheres terem filhos visualizando maior quantia financeira através do benefício:

Não, **fiz ligação** (risos), porque tá ótimo, no tempo de hoje, **o ensinamento que a gente tem que ter, dá aos filhos** do jeito que tá decorreno eu já tive muito, apesar de meus filho, graças a Deus né, na idade que tem me respeitar, me obedecer e eu dá sempre esses ensinamentos a eles, **mas o mundo tá ficando muito, vou dizer, virado** na ditada popular, virado, então já ultrapassei, **cinco filhos só** (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

A entrevistada parece reafirmar o caráter da vinculação maternal do PBF para as mulheres, no momento que perguntei: “O que você acha do cumprimento das condicionalidades? Como você se sente tendo que cumprir essas exigências? Aumenta seu trabalho?”, respondeu:

Acho bom, é bom né, assim que, sinto bom, só assim tão vendo que eles tão participando, num tão, que tem uns que não participa né, só quer receber sem ter que tá fazendo **o dever que tem que fazer**. Pra mim tá bom, **assim trabalho dobrado né que dona de casa trabalha, mais tem que fazer né, mas não sou contra** (Carol, 26 anos, Lagoa Seca, 14 Abr. 2016).

Carol indicia através da sua fala que as condicionalidades do programa são exigências a serem realizadas por ela, “o dever que tem que fazer”, mas parece não questionar os motivos do por que ela, além de sinalizar a sobrecarga de trabalho: “assim trabalho dobrado né que dona de casa trabalha, mais tem que fazer né, mas não sou contra”.

E o que dizem os homens sobre suas atuações como cumpridores das condicionalidades? Centralizam em si as obrigações e suas companheiras aparecem somente como apoio?

É, fica eu e ela sempre, sempre vai nois dois, **sempre precisa de parceria**. Porque é **por algumas questão que ela assim sabe mais conversar mais do que eu nos canto**, sabe ler até mais que eu sei menos, aí isso traz sempre uma dificuldade pra mim (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

Isaque indica parecer compartilhar com as exigências condicionantes do PBF, talvez reafirmando as identidades fixas do masculino e feminino, este enquanto seu alicerce, sua “parceria” que contribui para melhor realização das condicionalidades.

Nesse possível esforço de Isaque em determinar o essencialismo biológico do gênero, ele responde que ser “homem” é:

Homem é aquela base né, criada pra ter uma primeira orientação, em **parceria** com a sua esposa né, que na realidade quando se diz ser homem é com a sua esposa os dois é a mesma carne, então eu acho que a gente olha das duas forma né, ser homem mais que com a mulher dá se no mesmo, por que é o mesmo amor. Hum rum, **eu sou homem porque também foi uma promessa de Deus** né, fui criado por Deus homem né, **então quando é criado por Deus homem não se muda**, de forma alguma, acredito que a gente tem que manter essa formação de **grande conselheiro** né (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

O entrevistado sinaliza situar o homem enquanto “base” para a mulher, coloca mais uma vez a palavra “parceria” em sua fala, homem e mulher seriam um só enquanto “parceiros” um do outro. Indicia construir o ser “homem” como “promessa de Deus”,

divinamente e biologicamente dado, inato, o “grande conselheiro”, a quem possivelmente cabe à sabedoria. Nesse mecanismo, para Butler o gênero:

É o meio discursivo/cultural mediante o qual um “sexo natural” é estabelecido como pré-discursivo. Em outras palavras, o sexo é, ele próprio, uma postulação, um constructo que se faz no interior da linguagem e da cultura (LOURO, 2004, p. 67).

Quanto ao cumprimento das condicionalidades, Dante respondeu que: **“Divido, pra num ficar pesado só pra um né**, um resolve uma coisa, ôto resolve ôta, essas coisa né, um **ajuda o outro né**, compartilha um **ajudano o ôto**” (“ôto”, “ôta”, corresponde respectivamente a: “outro”, “outra”).

Dante sinaliza que compartilha a execução das condicionalidades com sua companheira, não identificando enquanto identidade específicas para o homem e mulher, ressaltando que possa haver uma relação de reciprocidade. Também Danilo diz que: “Sim. **É porque ali é os dois**, o pai e a mãe é que tem que cuidar e levar a minina sempre”, sinalizando que possa ser que se tenha o envolvimento tanto dele quanto da sua companheira no cumprimento das condicionalidades, mesmo tendo uma visão biologizante sobre a maternidade, este seu saber parece não conduzir em uma relação desigual de gênero.

Na execução das condicionalidades, embora Pedro indique expressar uma identidade específica para a mulher associada com a maternidade, como cuidadora e no exercício de situar em sua fala determinado lugar específico no seio social, sinaliza informar que ambos realizam juntos as condicionalidades:

É eu e ela, é eu e ela, a gente leva pra vacina, pra, a gente a saúde das criança, é eu e ela que resolve. Porque o certo é a gente acompanhar os filho, o pai e a mãe acompanha os filho, **porque um dia eles vão crescer e vão né_tuma o exemplo da gente**, porque um dia quando for um pai, de todo jeito pai e mãe tem que seguir os filho na educação, na saúde, no que for, no que for tem que seguir os filho (Pedro, 23 anos, Lagoa Seca, 28 Abr. 2016).

Qual será o motivo da ausência da família, beneficiários e beneficiárias, no cumprimento das condicionalidades, como função também da paternidade?

É preciso perceber que as falas dos homens parecem situar que a responsabilização do cumprimento das condicionalidades está “naturalmente” para ambos, enquanto para as mulheres sinaliza a “naturalização” em sentido contrário, como se fosse apenas responsabilidade delas.

Todos estes discursos postos possibilitam demonstrar a fluidez do gênero, por exemplo, quando um homem afirma cumprir as condicionalidades do PBF, os processos de continuidades e descontinuidades que constrói o gênero e as possibilidades que transcorrem de formas distintas de acordo com o tempo e o lugar. O gênero enquanto relações de poder em constante disputa, perpassado por sociedades em que o exercício da dominação não pode ser pensado apenas dado referido ao Estado, de forma homogênea, em termos macrossociais, mas uma análise mediante a ação dos múltiplos micropoderes (do padre, policial, professor, médico, dentre outros).

2.3 Relações Conjugais enquanto lócus das Relações de Poder

Neste tópico, apresento a discussão das possíveis implicações da titularidade do Programa Bolsa Família (PBF) na constituição das relações de gênero no âmbito familiar da (o) beneficiária (o). Para tanto, aciono a princípio a pergunta: “Você acha importante ser o titular do benefício? Por quê?”.

Elizabeth respondeu: “**A mulher né**, porque o homem limita demais os gastos, não compra assim o que precisa **só compra o que é necessário mesmo**” (grifos meus). Sua fala sinaliza que ela se considera quem melhor administra o recurso financeiro proveniente do programa, uma vez que seu companheiro restringe os gastos, não considerando as necessidades que ela considera, ele “só compra o que é necessário mesmo”.

Carol parece estar no mesmo pensamento de Elizabeth quando disse que: “**Acho melhor eu, a mais importante é a mulher né**, porque eu acho que se fosse um **home ele não daria o dinheiro**, que tem home que não dá, **gastaria pra ele né, não pra família**”, assim como George também que informou: “Não, queria que fosse no nome dela mesmo, **porque o negócio é pa mulhe né, porque aí ela sabe o que faz né, compra as coisas da minina, sabe melhor**. Não está no nome dela, porque estava fora da idade”. Sinalizando que são as mulheres as que melhor administram o benefício.

Em pesquisa com as mulheres beneficiárias do PBF da cidade de Inhapi/Alagoas realizada por Pinzani e Rego (2014) apresenta que são as mulheres as que melhor gerenciam a economia doméstica.

Já Solange e Danubia trazem concepção diferente, não apenas compreendo a titularidade enquanto melhor gerenciamento das compras como coloca Elizabeth, mas indicando novos elementos que sejam:

Mas eu acho eu melhor, porque assim o homem é aquele negócio que **a mulher quem manda, a mulher quem é mãe, a mulher quem é pra ser a líder da casa**, apesar do povo dizer o homem é o líder de casa, não, **a mulher quem é a líder**, então eu acho bom pra mulher, as vezes não concordo muito de ser o homi não, só se o caso o homi for solteiro, o homi e a mulher morrer, aí eu tudo bem (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

Eu acho que sim né, pela parte de quem pariu fui eu (risos), **quem pariu, Mateus, que balance, num tem o ditado** (risos), aí tá no meu nome, aí eu acho que é isso, porque ele não carregou os nove meses, num teve, então, **o que tem que quem levou os documento, quem correu atrás fui eu**, então, ele nem muito não se envolve, ele não se envolve, é aquela pessoa que não se envolve com essas coisa (Solange, 27 anos, Lagoa Seca, 06 Abr. 2016).

As entrevistas sinalizam que o benefício do PBF, embora que de maneira sutil e mesmo que restrita ao espaço doméstico, a possibilidade de contrabalancear as relações de subordinação no seu cotidiano, invocam certo lugar de poder seja pelo gerenciamento do dinheiro, por poder decidir o que comprar com o benefício, seja ao assumir a responsabilização no cuidado dos filhos como coloca Solange, lhes trazendo uma ideia de liderança. Assim como também Elizabeth e Carol, que sinalizam terem o poder de decisão e controle do dinheiro do PBF, possibilitando certa autonomia.

Ademais, embora Solange esteja no campo do essencialismo de gênero, na vivência das relações dicotômicas entre feminilidade e masculinidade. Ela rir, ironiza e indicia de certa forma que se legitime o poder que emana dela, “eu pari Mateus”, então é dela que deve ser este dinheiro do benefício, como também administra o dinheiro do seu companheiro, ou seja, Solange está indicando que tem certa força na relação com seu companheiro, quem embora a canse, reconhece o direito de gerenciar a sua casa.

Em pesquisa realizada por Pires (2012) com as mulheres beneficiárias na cidade de Campinas/SP ressalta que as mulheres têm as prerrogativas para uso do dinheiro do PBF, desde que para seu uso com os filhos e a casa. Verificou que o reconhecimento social das mulheres perpassa pelo domínio da casa.

Luana colocou que acha importante ser a titular por que: “Acho, porque assim olha, num sei não te explicar isso não (risos), porque eu fui fazer, **então veio no meu nome né, mas tanto faz, tudo é em conjunto aqui**”, ela disse que tudo na sua casa é realizado em conjunto com sua companheira, como indica também que são responsáveis pela renda familiar: “ela (companheira) não trabalha, faz bicos, de vez enquanto, **ambas são responsáveis pela renda familiar**”. Porém, sinaliza que é ela quem gerencia o benefício: “Não, eu fico, eu quem gerencio”.

Não obtive maiores informações que indicam quais as possíveis motivações que fazem com que tudo seja em conjunto nas suas relações no seu seio familiar, em contraposição ao gerenciamento do benefício ser apenas de Luana.

Quanto a Isaque afirmou que é importante ser o titular do benefício do PBF, por que:

A importância de eu ser o titular é pra manter aquela base até bíblica também né, **até bíblica onde Deus constitui o homem e constituiu a mulher como a sua ajudadora das coisas**, e isso é uma base já que **vem de Deus, né nem só do homem** (Isaque, 29 anos, Lagoa Seca, 05 Abr. 2016).

Isaque indica sobrepor à perspectiva estatal de direcionamento da titularidade do benefício para as mulheres, a partir do momento que se posiciona através do seu viés religioso, colocando sua mulher enquanto sua “ajudadora”, que por sua vez possa ser que também adquira certa autonomia em relação ao acesso do benefício, mesmo não sendo a titular. Busca justificar seu posicionamento colocando que não se trata apenas de uma construção só do homem, mas que “vem de Deus”, sinalizando ter maior poder de interferência no seu cotidiano familiar do que as próprias normatizações do Estado, dada a potencialidade discursiva que permeia a influência religiosa nas condutas individuais e coletivas.

Essa fala de Isaque remete ao que Foucault (2010, p.30) diz que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Argumentando, Foucault

afirma que o legado “deixado pelo cristianismo teria sido a criação de novos mecanismos e técnicas de poder para impor ou inculcar nos indivíduos uma moral sexual”.

O entrelaçamento de poder e saber constituem discursos através de saber e práticas que se outorgam com o estatuto de verdade, normatizando, conduzindo as formas morais de regulação dos sujeitos. Operacionalizada pelo poder que se conduz através de uma rede de tecnologias e sistemas disciplinares, regulando o gênero, inscrita nas disciplinas normalizantes da medicina, religião, educação, dentre outras (FOUCAULT, 1969). É neste entrelaçamento de saber e poder que Isaque parece conduzir a sua família, normatizando as suas relações através da regularização do gênero enviesada com uma perspectiva religiosa, esta usada para justificar sua postura, constituindo como “verdade” legitimada a ser seguida, “[...] é isso é **uma base já que vem de Deus** [...]”. A visão de masculinidade aqui parece ser bem delineada e unificada.

Nessa perspectiva, Foucault (1978) em a História da Sexualidade I, informa que os múltiplos discursos que são criados sob os corpos, regulam, normalizam e instauram saberes que produzem verdades, como o religioso.

Já Dante respondeu ser importante o titular do programa, por que: “**Rapaz, é bom né, porque ela não pode resolver, eu vou lá resolvo**. Porque quando fui fazer ela tava faltano os documento, aí eu fui e fiz no meu nome, **mais tanto faz ser um ou o ôto**” (“ôto”, corresponde a: “outro”).

Dante, assim como Isaque, sobrepõe às normativas do Estado, quando mesmo sendo o titular do benefício, sinaliza que tanto ele quanto a companheira resolvem os assuntos pertinentes ao PBF, suponho que seja quanto do cumprimento das condicionalidades. Embora, ele disse que a sua companheira quem fica com o dinheiro do benefício: “**A mulher quem compra o que tá precisando pro minino** e o que sobrar compra outras coisa né pra nós dois”.

O que também pode sinalizar, assim como verificado nas falas de Danubia e Solange, que Dante possa possibilitar certa autonomia a sua companheira, mesmo que também restrita ao espaço doméstico em relação ao uso do benefício. Esta possibilidade pode ser reafirmada, uma vez que já indica mencionar na resposta anterior quando disse que “a mulher quem compra”, com a seguinte resposta quando Dante disse que o responsável pela renda familiar: “sou eu, **passo pra ela e ela que faz as compra**, compra o que tá precisano, essas coisa”.

Assim como Dante, George e Danilo também sinalizam repassar o dinheiro do benefício para sua companheira e indicam, assim como Danubia, que o benefício é destinado para a casa e os filhos:

Eu dava a muié (risos), compra as coisas só pra minina, fruta, leite, essas coisa, essas coisa né que precisa né (George, 22 anos, Lagoa Seca, 18 Abr. 2016).

Justamente pra criança, eu num pego nem no dinheiro, eu num penso, **só pra tirar e entregar pra mulher comprar leite, fralda,** da mesma forma que tá dando a ela, tá servindo pra gente também (Danilo, 23 anos, Lagoa Seca, 20 Abr. 2016).

Eu, às vezes, não é todo mês, que a água é comprada de dois em dois meses, três em três meses, eu tiro uma parte pra ajudar no carro d'água, **compro a alimentação dos meninos** que é sempre uma caixa de leite, uma massa, como eu tenho um menino de massa, um mingau, no tempo de escola eu tiro uma parte pra **material de escola** e sempre assim um sandálio, um... assim eu utilizo dessa forma, **eu penso mais nos meus filhos, penso mais neles** (Danubia, 28 anos, Lagoa Seca, 11 Abr. 2016).

A entrevistada também sinaliza usar o benefício do programa com as despesas do lar e acima de tudo na assistência aos seus filhos, ela se invisibiliza nesse processo parece conceber o benefício apenas para o lar e filhos e não para família como um todo.

É neste sentido de possível melhor gerenciamento do benefício o investimento de serem as titulares, por melhores condições de vida para a família. A mulher-mãe renuncia os gastos individuais, em detrimento dos filhos. “O uso de recursos por parte da mulher constitui-se em um bom indicador, embora não único, das dinâmicas de poder e controle dentro da família” (CARLOTO E MARIANO, 2009, p. 906).

Danubia coloca que o responsável pela renda familiar é o seu companheiro: “Ele né, porque ele trabalha”, ela sinaliza não reconhecer que também exerce um trabalho, no lar e que também é figura provedora da família, é ela quem administra essa renda do PBF.

É nesta complexidade, que embora se construa historicamente que são os homens os provedores da família, assim como responsabilizam as mulheres como melhores

cuidadoras dos filhos, da família, mesmo que componha uma hierarquização nas relações diante desse processo, fixando a maternidade como agente principal na medida que o dinheiro é colocado para o lar, por outro lado fissa as normas de gênero, por de certa forma possibilitar que não apenas os homens sejam os provedores da família, mas as mulheres também, diante da possibilidade da garantia da autonomia do uso desse recurso. Dessa forma, pode lhes proporcionar certo poder nas suas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] Pretendo voltar a estudar, terminar os estudos e arrumar um emprego”. (Elisângela)

“Aaaaiiii enricar (suspiros, risos), enricar tanto para não depender de bolsa família, nem de trabalhar mais, viver que nem madame, era isso (risos), mais num tem né, só se ganhasse na mega (risos), mas tá tudo tão difícil ultimamente”. (Solange)

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as implicações do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as relações de gênero nas famílias beneficiárias do município de Lagoa Seca/PB.

Enquanto objetivos específicos procurei também traçar o perfil socioeconômico das mulheres e homens titulares do benefício do Programa Bolsa Família (PBF), analisar os discursos das mulheres e de homens titulares do benefício sobre as relações de gênero, discutir possíveis implicações da titularidade do PBF na constituição de relações de poder e gênero no âmbito familiar da (o) beneficiária (o) e identificar o nível de envolvimento com as condicionalidades do programa entre homens e mulheres das famílias beneficiárias e os rebatimentos para as relações de gênero.

Parti de inquietações que me fizeram problematizar as relações de gênero em todos os espaços que participo ou participei, neste caso junto ao PBF, diante das construções discursivas que normatizam as relações de gênero que historicamente são hierarquizadas, criando a imagem do opressor/oprimido, algoz/submisso, mas que também possibilita pensar para além destes binarismos de gênero.

Visualizei essas possíveis construções hegemônicas de gênero, que polariza a masculinidade e feminilidade entre as beneficiárias (os), mas também a possibilidade da sua subversão, do desmonte das normatizações que fixam nos corpos como cada sujeito deve ser, atingindo também o campo da sexualidade, como o exemplo de Luana.

Dessa forma, meus questionamentos partiram das possibilidades de permanências e rupturas com relações binárias de gênero, movido por um desejo que buscar identificar as possibilidades do sujeito “estar” e não “ser”, ou seja, de identificar as possíveis desestruturações de todos os modelos que venham a querer definir ou

determinar o gênero. Trazer para reflexão as possíveis vivências de gênero não só das mulheres, mas trazendo para este cenário também os homens.

Conseguí identificar que embora as exigências normativas do PBF aplicadas pelo Estado, vinculando a responsabilização da família para as mulheres/mães, estas mulheres sinalizaram que podem ser mães ou não, mesmo que dada a sua relação do cumprimento com as condicionalidades e sendo também tidas como mantenedoras da reprodução social, elas podem escolher, vivenciar no seu cotidiano social não ser mãe, como também não cumprirem sozinhas as condicionalidades do programa.

Da mesma forma os homens que ao mesmo tempo em que podem reificar a vinculação da maternidade para as mulheres e os cuidados dos filhos, por serem “inatas” para estas atividades, também podem executar essas condicionalidades, como negar a “essência” da maternidade para as mulheres, a ponto de afirmar que “elas podem escolher”.

Na mesma proporção que o Estado centraliza para as mulheres o recurso do benefício, mesmo vinculando a imagem das mulheres na responsabilização do lar e dos filhos, possibilita acionar um poder que mesmo sendo estabelecido no lar, poderá alterar a relação normativa que apresenta o homem apenas como provedor, na medida em que ela também passa a ser provedora, é dela o “domínio do lar”, possibilitando certa autonomia para as mulheres.

Neste sentido, é possível problematizar a visibilidade do feminino no PBF na medida em que há possibilidade da realização da articulação entre a perspectiva de gênero de base feminista e o programa, tomando como referências as sinalizações que o PBF oferece enquanto mecanismo de construções de gênero.

No momento em que concluo essa dissertação, a perspectiva da continuidade dessas políticas encontra-se em risco. A atual conjuntura social apresenta no tocante aos possíveis desmontes das políticas sociais, em todas as áreas, saúde, educação e assistência social, em especial o PBF, através da possível implementação da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional, PEC 241/55 ou “PEC da morte”, aprovado na Câmara Federal dos Deputados no dia 25 de outubro do corrente ano.

Tal projeto muda drasticamente a Constituição Federal de 1988, por se lançar com o objetivo de estagnar os investimentos sociais pelo período de 20 anos, ou seja, reduzir gastos com assistência social, saúde e educação, que crescem historicamente durante todo ano. O atual governo “ilegítimo”, tomado por um golpe de Estado, tenta justificar um ajuste fiscal que reduz os investimentos nas áreas de necessidades básicas

da população, atingindo drasticamente os mais pobres, utilizando o discurso de que não há crescimento da economia do país, sem o “teto” dos gastos públicos.

Com a PEC 241/55 possivelmente em 2020 o Programa Bolsa Família será extinto. Um programa de governo que se articula com demais políticas sociais, sofre críticas pelo preconceito, ignorância, falta de informação, defendem que um “pobre” não tem melhores condições de vida por opção, não lutou por que não quis, a chamada meritocracia. Uma defesa disseminada pelo discurso de ódio que indica contradizer a possibilidade que visualizei com esta pesquisa.

O PBF sinaliza a possibilidade de impulsionar suas beneficiárias (os) a buscarem melhores condições de vida, como apresenta Elisângela, não é um benefício que restringirá ou acomodará suas beneficiárias (os). Um Programa que possibilita reflexões sobre construções de gênero, demonstrando também possíveis fissuras institucionais, não seria relevante para um país esta ferramenta também utilizada na busca por maior igualdade nas relações de gênero?

Um programa com 14 milhões de famílias e 50 milhões de pessoas beneficiadas, estando 93% de titulares mulheres, 1,7 milhão de famílias deixaram voluntariamente o programa e 1 milhão não realizaram recadastramento²², talvez por terem melhorado suas condições de vida.

Além da PEC 241/55, se apresenta no cenário atual o Decreto Nº 8,869, de 05 de outubro de 2016 instituído o Programa Criança Feliz, que tem o objetivo da promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, crianças de até seis anos e suas famílias, destaque entre seus objetivos do Art. 3º, “III - colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade²³”. Reiterando as formas mais tradicionais, conservadores da responsabilização das famílias/mulheres, executarem os cuidados com os filhos, neste Programa Criança Feliz “é o amor quem educa”.

Ou seja, são tempos vindouros de grandes desafios, de fortes enfrentamentos políticos e ideológicos, mas que nos permitem também sonhar, lutar com mais força e

²² Bolsa Família. Disponível em: <<http://brasildamudanca.com.br/bolsa-familia/bolsa-familia>> Acessado em 30 de nov. 2016.

²³ Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8869.htm> Acessado em 30 de nov. 2016.>

persistência, sonhar junto com Elisângela e Solange, quando indaguei sobre seus desejos para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Albuquerque Júnior. **Nordestino: uma invenção do falo: uma história de gênero masculino (Nordeste-1920/1940)**. Edições Catavento, 2003.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-graduação: Noções Práticas**. Editora Atlas SA, 2000.

ARAÚJO, Maria de Fátima; MOURA, Solange MS; MSR, A. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof**, v. 24, n. 1, 2003.

BADINTER, Elisabeth. O amor incerto. **História do amor maternal no Sec XVII ao Sec. XX**, 1980.

_____. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. Prólogo: o enigma masculino (o grande X). In: _____. **XY: sobre identidade masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 01-30.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: memória e história. **Feminismo: memória e história. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família**, p. 15-41, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: **A dominação masculina**. Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Rebeca Barros Almeida; TELECIO, Rafaela Ferreira; BARBOSA, Érica Teline Rocha. **Corpo e Sexualidade: A Evolução dos Costumes Face à Prostituição**. In: III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais, 2011.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>> Acessado em 20 jun. 2016.

_____. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasil: CEPAL, SPM; 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 152 - 172.

_____. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do sexo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 3ª edição, 2010.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista SER Social**, n. 12, p. 165-190, 2010.

CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a maternidade. **Análise psicológica**, v. 16, n. 3, p. 365-371, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Graal, 1999.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. **História social da infância no Brasil**, v. 5, p. 81-99, 1997.

CHODOROW, Nancy. Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher. **Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**, v. 2020, 1990.

DE FÁTIMA ARAÚJO, Maria. FAMÍLIA, DEMOCRACIA E SUBJETIVIDADE. **Revista ORG & DEMO**, v. 9, n. 1/2, p. 111, 2010.

DE LAURETIS, Teresa. La tecnología del género. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Editora 34, 1992.

DONZELOT, J. A Política das Famílias. Tradução de M. T.da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed.;2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Por um Reforço da Proteção à Família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, p. 109, 2011.

DUARTE, André. Dossiê Michel Foucault. **Revista Cult, São Paulo**, n. 134, p. 43-64, 2009.

ELSEN, Ingrid. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, Ingrid; MARCON, Sonia Silvia; SILVA, Mara Regina Santos da (Orgs.). **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002, p.11-24.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FIMYAR, Olena; VEIGA-NETO, Alfredo José da. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 34, n. 2 (maio/ago. 2009), p. 35-56, 2009.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber (LFB Neves, Trad.) Petrópolis: Vozes. **Originalmente publicado em**, 1969.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

_____. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

_____. **A biopolítica e o dispositivo de sexualidade**. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

_____. **Uma Trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo**. 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, p. 61, 2002.

GOFFMAN, Erving; LEITE, Dante Moreira; DE SOUZA, Antenor Celestino. **Manicômios, prisões e conventos**. 1974.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Revista Política & Sociedade**, v. 11, p. 41-70, 2007.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. **cadernos pagu**, v. 36, p. 25-46, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A Análise do Discurso: Conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, 1985.

IBGE. Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996 e 1997. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego – PME. **Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nov_a/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf, 2012. Acesso em: 17/05/2016.

IÑIGUEZ, Lupicínio. Manual de análise do discurso em ciências sociais. **Petrópolis: Vozes**, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba; MAFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.

LOCKMANN, Kamila. Assistência social, biopolítica e governamentalidade neoliberal. **TEXTURA-ULBRA**, v. 15, n. 28, 2013.

LOSSO, Roberto. **Psicoanálisis de la familia: recorridos teórico-clínicos**. Grupo Editorial Lumen, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do “gênero”. In _____. *Gênero, sexualidade e educação: pós-estruturalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p.14-36.

_____. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. **Proposições, Campinas**, v. 19, n. 2, p. 56, 2008.

_____. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. In: FELIPE, J. ; GOELLNER, S. V. (org.). Ed. 6. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene; SENNA, Mônica de Castro Maia. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Cienc. saude coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1415-1421, 2007.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 901-908, 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida. "Cidadania sexuada feminina: a inclusão das mulheres na política de assistência social in desigualdades de gênero " In: CARNEIRO, M. E. R. *Desigualdades de gênero no Brasil: novas idéias e práticas antigas*. Márcio Ferreira de Souza (org). Belo Horizonte: Argumentum, 2010. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, 2010.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. **Violências**. Escuta/Fapesp. São Paulo, 2002.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. Editora Atlas SA, 2000.

MATTOS, Pedro Lincoln CL. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **RAP Rio de Janeiro**, v. 39, n. 4, p. 823-47, 2005.

MIOTO, Regina Célia Tamasso “Que família é essa” In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (orgs.). Trabalho com famílias: textos de apoio, v.2, São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

_____. Família e Política Social. In: Boschetti, I; Behring, E. R.; Santos, S. M. M. ; Mioto, R. C. T. (Org). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MOGUILANSKI, R., & VORCHHEIMER, M. La clínica de lo fraterno: una contribución desde una ampliación del psicoanálisis. Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, 44(1), 113-156, 2001.

MOLYNEUX, Maxine. Mães a serviço da agenda nova pobreza: PROGRESA / Oportunidades, programa de transferência decondicional do México. **Política Social e Administração**, v 40, n. 4, p. 425-449. 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdências social brasileira nos anos 80 e 90**. Cortez, 1995.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In:KALOUSTIAN, Silvio (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, p. 26-46, 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. UFSC, vol. 8 n. 2, 2000.

NOLASCO, Sócrates. O primeiro sexo. In: _____. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. (Gênero Plural). p. 56-122.

PARKER, Richard Guy. Homens e Mulheres. In: _____. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil Contemporâneo**. 3 ed. São Paulo: Best Seller, 1991. p. 55-107.

PELBART, Peter Pál. Vida nua, vida besta, uma vida. **Revista Trópico**, p. 1-5, 2007.
PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiocchi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007.

PIRES, André. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, p. 130-161, 2013

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: **Berlendis & Vertecchia**, p. 116-149, 2009.

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
 QUIJANO, María Adelaida Farah. Política Social para a população rural pobre As pessoas na Colômbia: reforçando os papéis de gênero e identidades do tradicional? **Política Social e Administração**, v. 43, n. 4, 2009, p. 397-408.

REGO, Walquiria G. Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. Editora Unesp, 2013.
 RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irene., & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio; São Paulo, SP: Loyola, 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Zahar, 2003.
 RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. **SOS Corpo**, 1993.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. **Belo Horizonte: Autêntica**, 2012.

SANTOS, B. R. Emergência da Concepção Moderna de Infância e Adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias. Dissertação de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.1996.

SCAVONE, Lucila. Biotecnologias, sujeição dos corpos?. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 5, p. 10-20, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, 1990.

_____. A mulher trabalhadora. In: GENEVIÈVI FRAISSE; MICHELLE PERROT (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SILVA JÚNIOR, N. G. S., & Andrade, A. N. É melhor para você! Normatização social da infância e da família no Brasil. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, p. 423-438, 2007.

SOARES, Vera. MOVIMENTO FEMINISTA Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, p. 11-24, 1994.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. **Divisão sexual do trabalho: Estado e crise do capitalismo**. Recife: **SOS Corpo**, p. 57-66, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Estudos de Psicologia, Campinas, SP**, v. 21, n. 2, p. 5-16, 2004.

TAKASHIMA, G. M. K. O Desafio da Política de Atendimento à Família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: S. M. Kaloustian (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, p. 77, 2011.

TEIXEIRA, Marlene. As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo, 2010.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Fiocruz, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

(OBS: para o caso de pessoas maiores de 18 anos e que não estejam inseridas nas hipóteses de vulnerabilidade que impossibilitam o livre discernimento com autonomia para o exercício dos atos da vida civil).

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “As Implicações da Centralidade e das Condicionalidades do Programa Bolsa Família nas Relações de Gênero entre as/os beneficiárias/os do Município de Lagoa Seca/PB”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “As Implicações da Centralidade e das Condicionalidades do Programa Bolsa Família nas Relações de Gênero entre as/os beneficiárias/os do Município de Lagoa Seca/PB” terá como objetivo geral “Analisar as implicações do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as relações de gênero nas famílias beneficiárias a partir da titularidade do programa e das suas condicionalidades”.

Ao voluntário só caberá a autorização para realização da entrevista semi-estruturada e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto

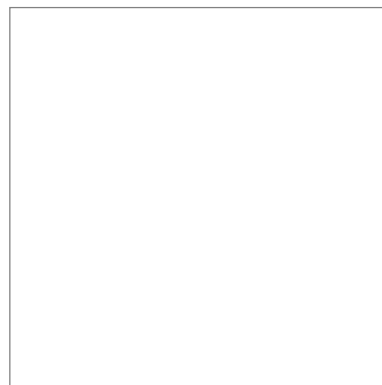
científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **98875-7948** com **Christiano das Neves Viana Amorim**.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).



APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “As Implicações da Centralidade e das Condicionalidades do Programa Bolsa Família nas Relações de Gênero entre as/os beneficiárias/os do Município de Lagoa Seca/PB” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, o pesquisador: Christiano das Neves Viana Amorim a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. Poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea “a” da Constituição Federal de 1988.
5. Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora da pesquisa Alômia Abrantes da Silva, e após esse período, serão destruídos e,
6. Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

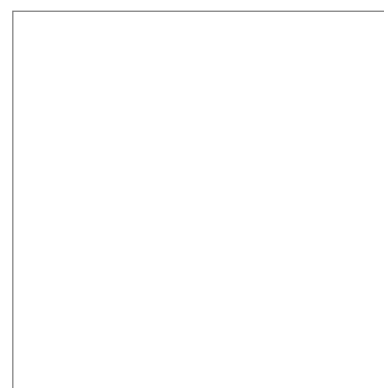
Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande, ____ de _____ de 2016

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura e Carimbo da Pesquisadora Responsável

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja possível a coleta da assinatura do participante da pesquisa).





APÊNDICE C

Universidade Estadual da Paraíba – PB

Cadastro Único N° _____

Identificação do Domicílio

- Profissão: _____

- Estado Civil:

1 – Solteira

2 - Casada

Endereço _____

- Local onde é situado:

1 – Urbana

2 – Rural

- A família é indígena:

1 – Sim

2 – Não

- A família é quilombola:

1 – Sim

2 – Não

- Quantas Pessoas moram no seu domicilio:

- Quantidade de Filhos _____

- Quantas Famílias moram no seu domicilio:

Identificação do Titular

- Nome: _____

- Idade _____

- Sexo:

1 – Masculino

2 – Feminino

- Sexualidade: _____

- Cor/raça:

1 – Branca

2 – Preta

3 – Amarela

4 – Parda

5 – Indígena

- Escolaridade: _____

1 – Frequenta

2 – Já Frequentou

**APÊNDICE D**

Universidade Estadual da Paraíba – PB

Roteiro de Entrevista

- 1- Qual sua opinião sobre o Programa Bolsa Família?
- 2- O que você entende por família?
- 3- Como você utiliza o dinheiro do benefício do PBF?
- 4- O que você acha que mudou se mudou, na sua vida após tornar-se beneficiário (a) do PBF? O que ainda deseja?
- 5- Você fica com o dinheiro do benefício ou repassa para seu companheiro (a)?
- 6- Quem é o responsável pela renda familiar?
- 7- Para você o que significa ser “mulher”? Você se ver dessa forma? Por quê?
- 8- Para você o que significa ser “homem”? Você se ver dessa forma? Por quê?
- 9- O que você compreende sobre maternidade?
- 10- O que acha do cumprimento das condicionalidades? Como você se sente tendo que cumprir essas condicionalidades?
- 11- O seu companheiro (a) participa do cumprimento das condicionalidades do PBF? Por quê?
- 12- Nas atividades domésticas o companheiro (a) ajuda? Por quê?
- 13- Você acha importante ser o titular do benefício? Por quê?
- 14- Você deseja ter mais filhos? Por quê?
- 15- Quais as expectativas para sua vida?

ANEXOS

ANEXO A – CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DO CEP/UEPB



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB



COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Marconi do Ó Catão.

R12:

Título da Pesquisa: AS IMPLICAÇÕES DA CENTRALIDADE E DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE AS/OS BENEFICIÁRIAS/OS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA/PB.

Pesquisador Responsável: CHRISTIANO DAS NEVES VIANA AMORIM
CAAE-53763915.6.0000.5187

Data da 1ª relatoria: 30/03/2016

SITUAÇÃO DO PROJETO: APROVADO

Apresentação do Projeto: Projeto de pesquisa encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Universidade Estadual da Paraíba, com fins de parecer para elaboração e desenvolvimento de Pesquisa em atendimento as exigências do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba.
Objetivo Geral da Pesquisa: Tem como objetivo geral: Analisar as implicações do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as relações de gênero nas famílias beneficiárias a partir da titularidade do programa e das suas condicionalidades.